

Juliana Bordinhão Diana

**O POLO DE APOIO PRESENCIAL E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO: UMA LEITURA DO ENTORNO**

Dissertação submetida ao Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Spanhol

Coorientadora: Prof. Dra. Araci Hack Catapan

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Diana, Juliana Bordinhão

O polo de apoio presencial e o desenvolvimento
socioeconômico : uma leitura do entorno / Juliana Bordinhão
Diana ; orientador, Fernando José Spanhol ; coorientadora,
Araci Hack Catapan. - Florianópolis, SC, 2015.

111 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em
Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Inclui referências

1. Engenharia e Gestão do Conhecimento. 2. Educação a
Distância. 3. Desenvolvimento socioeconômico. 4. Polo de
apoio presencial. I. Spanhol, Fernando José. II. Catapan,
Araci Hack. III. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do
Conhecimento. IV. Título.

Juliana Bordinhão Diana

O POLO DE APOIO PRESENCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UMA LEITURA DO ENTORNO

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Florianópolis, 27 de fevereiro de 2015.

Prof. Roberto Carlos Pacheco, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Fernando José Spanhol, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina - Orientador

Prof. João Bosco da Mota Alves, Dr.
Universidade Federal de Santa

Prof. Gregório Jean Varvakis, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Patrícia Jantsch Fiuza, Dra.
Universidade Federal de Santa

Prof. Eduardo Antonio Temponi Lebre, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado aos pais,
Reinaldo e Ana e ao meu irmão
Alexandre, que mesmo pela distância
física estão sempre presentes.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me permitir vivenciar momentos tão especiais, por me conceder uma família que me apoia em todas decisões que tomo e por possibilitar conhecer pessoas que tornam o meu mundo cada vez mais completo.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Fernando Spanhol, por ter confiado em mim e, sem nem mesmo me conhecer, acreditar na minha vontade de ingressar no mestrado. Serei sempre grata por essa confiança!

À Prof^a Araci Hack Catapan pelos ensinamentos, momentos de aprendizagem e interação com o grupo. Momentos que foram essenciais nessa caminhada de construção do saber e de conhecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento que proporciona aos seus alunos reflexões que contribuem com nossa visão de mundo interdisciplinar. Em especial aos professores Cristiano Cunha, Marina Nakayama, Gregorio Varvakis, Neri dos Santos, Francisco Fialho, Richard Perassi, Tarcisio Vanzin e Vania Ulbricht que, através de suas aulas, me possibilitaram esse crescimento como pessoa e como profissional.

Aos professores João Bosco, Gregório Varvakis, Patrícia Fiuza e Eduardo Lebre que aceitaram participar da banca examinadora e fizeram considerações importantes para a melhoria deste trabalho.

Aos amigos que fiz em Florianópolis só tenho a agradecer pelos momentos de alegria e parceria de sempre! Guillermo Dávilla pela conversa inicial, me inserindo no grupo quando ainda me sentia isolada. Kamil Giglio pela acolhida no LED e amizade que se construiu. À Andreza Lopes pela amizade, pela parceria e companheirismo criados, pela orientação e por sempre me fazer enxergar o melhor caminho! À Bruna Fraga, um lindo e belo presente que o EGC me deu, uma amizade que se construiu com o tempo e que através de conversas, risadas e sushis trouxeram mais leveza à minha vida florianopolitana. À Cecília Giuffra que desde o início se tornou grande parceira de disciplinas, artigos e publicações. À Michele Borges, uma nova amiga que está sempre disposta aos momentos de lazer e descontração.

Aos amigos da República Deck ai Pira pelos almoços “em família” de domingo, pelo companheirismo e compreensão dos momentos que precisei me isolar do grupo. Em especial à Maísa, pela acolhida inicial em Florianópolis e amizade que iniciou em Sorocaba; ao Thiago pelos inúmeros cafés da manhã e pelas conversas mais divertidas que alguém pode ter; ao Valder, pela amizade recente e apoio pré-defesa. À Eloá,

Manu e Laís por estarem sempre por perto e completando essa “família” caipira.

Aos colegas de EGC e de UFSC pelo convívio e momentos de aprendizagem e diversão: Viviane Sartori, Brisa Teixeira, Andreia de Bem Machado, Ana Laura Lasso, Heitor Belloni, Ana Delgado, Jhoana Córdova, Jaqueline Rossato, Mauricio Manhães, Wanderson Cássio Araújo, Danielly Inomata, Thiago Reginaldo, Greicy Spanhol, Dóris Roncarelli, Carolina Schmitt Nunes e Rafaela Comarella.

À CAPES pelo apoio e financiamento durante o período do mestrado.

Agradeço a todos pelo apoio e por cada momento que se fizeram presentes na minha vida. Desculpe, se neste momento de emoção não citei seu nome!

Muito obrigada a todos que fizeram parte dessa etapa tão importante na minha vida!

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”.

Paulo Freire

RESUMO

DIANA, Juliana Bordinhão. **O polo de apoio presencial e o desenvolvimento socioeconômico**: uma leitura do entorno. 2015. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A expansão da Educação a Distância no Brasil acontece de forma constante. Através de sua principal característica, na qual professores e alunos estão separados no tempo e no espaço físico, torna-se necessária a criação dos polos de apoio presencial. Com a implantação dos polos, além da oportunidade de acesso ao ensino superior, percebe-se a promoção do desenvolvimento socioeconômico na comunidade em que o mesmo foi implantado. Nesse sentido, esta dissertação tem como objetivo identificar os fatores de transformação no desenvolvimento socioeconômico provocado no entorno do polo de apoio presencial após sua implantação. Para a realização da pesquisa, quanto aos objetivos, classificou-se como descritiva e exploratória. A abordagem adotada para a análise dos dados foi a qualitativa e quantitativa e, para a coleta de dados foi realizado levantamento bibliográfico, documental e aplicação de questionário. O método de análise de dados da pesquisa foi o dedutivo. Os participantes da pesquisa foram coordenadores de polo de apoio presencial do Estado de Santa Catarina que oferecem cursos na modalidade a distância através do Sistema UAB. Após a organização dos dados coletados, os mesmos foram analisados de forma dedutiva, no qual foi possível observar que, independente do índice de desenvolvimento humano do município as organizações produtivas locais sofreram algum tipo de mudança após a implantação do polo. Constatou-se que fatores como o acesso ao ensino superior público, a oportunidade de formação profissional e o crescimento econômico ocasionados após a presença do polo, refletiram no desenvolvimento socioeconômico do seu entorno. Por fim, considera-se que a disseminação do conhecimento, ocasionada pela implantação do polo de apoio presencial, contribui para que a comunidade local adquira um novo olhar sobre o polo, reconhecendo este como elemento que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local.

Palavras-chave: Educação a Distância. Polo de apoio presencial. Desenvolvimento socioeconômico. Leitura de entorno.

ABSTRACT

DIANA, Juliana Bordinhão. **The polo on-site support and socio-economic development: a view of the surroundings.** 2015. Dissertation (Masters in Engineering and Knowledge Management) - Graduate Program in Engineering and Knowledge Management, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

The expansion of the Distance Education in Brazil happens steadily. Through its main feature, in which teachers and students are separated in time and physical space, it is necessary to create the ad hoc support poles. With the implementation of the poles, and the opportunity to access to higher education, the promotion of socio-economic development is perceived in the community in which it was implemented. In this sense, this work aims to identify the factors of transformation in the socioeconomic development caused surrounding the presence support pole after its implementation. For the research, the aims, was classified as descriptive and exploratory. The approach adopted for the analysis of data was qualitative and quantitative, and for data collection was performed literature review, document and questionnaire. The method of research data analysis was deductive. Survey participants were engineers on-site support pole of the State of Santa Catarina offering courses in the distance through the UAB System. After the organization of the data collected, they were analyzed as deductions, in which it was observed that, regardless of the human development index of the municipality local productive organizations experienced some sort of change after the implementation of polo. It was found that factors such as access to public higher education, vocational training opportunities and caused economic growth after the presence of polo, reflected in socio-economic development of their surroundings. Finally, it is considered that the dissemination of knowledge, caused by the deployment of classroom support pole, contributes to the local community acquires a new look at the pole, recognizing this as an element that contributes to local socio-economic development.

Keywords: Distance Education. Polo on-site support. Socioeconomic development. Around Reading.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interação entre os aspectos e tópicos que compõem o Projeto Político Pedagógico de cursos EaD.....	40
Figura 2 – Articulação entre entes MEC, IES e governo local para a criação dos polos de apoio presencial.	44
Figura 3 – Articulação entre os diferentes níveis governamentais para a criação dos polos de apoio presencial.	47
Figura 4 – Quatro modos de conversão do conhecimento	65
Figura 5 – Localização geográfica das mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina	76
Figura 6 – Localização geográfica dos municípios participantes da pesquisa.	78
Figura 7 – Principais fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo de apoio presencial.....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da busca nas bases de dados <i>on-line</i>	71
Quadro 2 – Resultado da busca combinada nas bases de dados <i>on-line</i> internacionais.	72
Quadro 3 – Referência de indicação das mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina.	75
Quadro 4 – Faixa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.	79
Quadro 5 – Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Oeste Catarinense.	80
Quadro 6 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Norte Catarinense.....	81
Quadro 7 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Serrana.	81
Quadro 8 – Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Vale do Itajaí.	82
Quadro 9 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Grande Florianópolis.....	83
Quadro 10 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Sul Catarinense.....	83
Quadro 11 – Fatores apontados como impactantes no entorno dos polos de apoio presencial.	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Comparação entre o tempo de atuação dos respondentes da pesquisa.	86
Gráfico 2 – Instituições de Ensino Superior que mais ofertam cursos nos polos participantes da pesquisa.	87
Gráfico 3 – Principais organizações localizadas no entorno do polo de acordo com a mesorregião a que pertencem.	88

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EaD – Educação a Distância
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GC – Gestão do Conhecimento
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES – Instituição de Ensino Superior
IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES – Instituição Pública de Ensino Superior
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MC – Média do Conhecimento
MEC – Ministério da Educação
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEGC – Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento
PPP – Projeto Político Pedagógico
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEED – Secretaria de Educação a Distância
SESu – Secretaria de Educação Superior
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	25
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	26
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	28
1.2.1 Objetivo Geral.....	28
1.2.2 Objetivos Específicos	28
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	29
1.6 ADERÊNCIA DA PESQUISA AO PROGRAMA.....	30
1.7 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	32
2 POLO DE APOIO PRESENCIAL: O DESENVOLVIMENTO DO SEU ENTORNO.....	35
2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	35
2.1.1 Definição e características.....	35
2.1.2 Estrutura organizacional da EaD no Brasil.....	39
2.2 POLO DE APOIO PRESENCIAL	42
2.2.1 Equipe multidisciplinar	49
2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO	52
2.3.1 Indicadores de desenvolvimento	55
2.3.1.1 <i>Índice de Desenvolvimento Humano</i>	59
2.3.2 Divisão territorial: as mesorregiões e microrregiões	62
2.3.3 Sociedade do conhecimento.....	64
2.3.4 Considerações do capítulo	67
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	69
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	69
3.2 BUSCA SISTEMÁTICA.....	70
3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA	73
4 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS.....	75
5 ANÁLISE E RESULTADOS	85
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES E CARACTERIZAÇÃO DOS POLOS	85
5.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ENTORNO DO POLO.....	87
5.3 POLO DE APOIO PRESENCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE SEU ENTORNO.....	89
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
6.1 CONCLUSÕES	97
6.2 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISAS FUTURAS.....	99
REFERÊNCIAS	101

1. INTRODUÇÃO

A educação é considerada como um dos principais fatores que contribuem para o desenvolvimento de uma sociedade. No Brasil, diante de sua expansão territorial e das características geográficas apresentadas considera-se a Educação a Distância (EaD) como um importante meio para o acesso e expansão do ensino superior público.

Apresentar uma definição única para EaD é uma tarefa desafiadora, porém através de sua principal característica é possível compreender a importância que esta representa para a interiorização do ensino superior público. Dessa forma, a EaD tem como principal característica a separação geográfica e temporal entre professor e aluno durante o processo de ensino-aprendizagem, utilizando-se como meio de comunicação as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Com o uso cada vez mais frequente das TIC, do avanço tecnológico e da popularização da internet, a EaD passou a ser reconhecida como uma modalidade de ensino que contribuiria com a formação acadêmica daqueles que não possuem acesso às Instituições de Ensino Superior (IES) dos grandes centros. Foi através da criação de emendas e alterações no texto da Lei de Diretrizes Bases que a EaD foi considerada como política pública (BRASIL, 1996) e, somente em 2005 através do Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005 que a EaD tornou-se então regulamentada (BRASIL, 2005).

Através da criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, houve a expansão e reconhecimento dos benefícios da EaD para a sociedade por meio da implantação dos polos de apoio presencial em municípios do interior do país. Ao implantar os polos de apoio presencial, é proporcionado aos alunos matriculados nessa modalidade de ensino o suporte necessário para a realização das atividades presenciais obrigatórias. Nesse sentido, Moore e Kearsley (2007) apontam que a EaD vem sendo reconhecida como um importante meio para atender as diferentes realidades encontradas, transcendendo os limites geográficos e temporais, contribuindo assim para o desenvolvimento educacional da sociedade.

Além dos benefícios relacionados à interiorização e acesso ao ensino superior público, a EaD passou a ser considerada também como uma forma de disseminação do conhecimento (LENZI, 2010). Para Vieira (2006) é através da educação que são criados novos conhecimentos, contribuindo com o desenvolvimento intelectual da sociedade. Dessa forma, considera-se que a EaD, com o suporte das

tecnologias, representa papel fundamental na era do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento social de uma sociedade.

Além das transformações relacionadas à formação profissional, o polo de apoio presencial deve apresentar estrutura física, tecnológica e de pessoal a fim de garantir o atendimento e suporte adequado aos alunos da EaD. Para o atendimento dos alunos no polo são percebidas transformações logísticas em seu entorno para receber estudantes e professores que frequentam o polo e, nesse sentido observa-se mudanças relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico desses municípios. A partir dessas observações é possível considerar este como mais um resultado causado pela EaD.

Através da implantação dos polos de apoio presencial, a EaD apresenta um meio de abrangência social, no qual passa a ser reconhecida como forma de contribuir com a melhoria social (VIEIRA, 2006). Corroborar com a discussão Vargas, Lima e Azevedo (2011) ao apontar que através da implantação dos polos de apoio presencial o desenvolvimento socioeconômico da comunidade sofre mudanças no seu entorno, resultando em perspectivas de expansão e associação às atividades realizadas no polo. Dessa forma, tem-se no polo um fator de integração e desenvolvimento regional que contribui para uma maior horizontalização dos circuitos econômicos e culturais (CAPES, 2010).

A partir da importância que o polo de apoio presencial representa diante da expansão e interiorização do ensino superior, esta pesquisa busca contribuir com o reconhecimento do polo de apoio presencial como um local que proporciona além de formação profissional, o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com o passar dos anos o conhecimento se tornou o principal recurso para a criação de valor em produtos e serviços. Nonaka e Takeuchi (1997) apontam que o conhecimento atua como o principal fator para que ocorra a vantagem competitiva dentro da organização e, somada às transformações do mercado e ao avanço das tecnologias passa a contribuir para uma nova forma de organização. Para Drucker (2002) o conhecimento utilizado como o principal recurso de fator de produção caracteriza essa nova sociedade, a Sociedade do Conhecimento.

As mudanças causadas pela Sociedade do Conhecimento trazem consequências nos mais diversos cenários, onde as transformações sociais, econômicas e tecnológicas passam a atuar de forma colaborativa

para uma sociedade em rede (RIBAS, 2010). Um desses cenários é a educação, que desempenha importante papel para a redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral. Para Silva e Spanhol (2014), o cenário de evolução e desenvolvimento que a EaD apresenta no Brasil evidencia a relevância e impacto que a modalidade traz para a sociedade do conhecimento, fazendo dessa uma modalidade que apresenta caráter social que se faz presente e necessário para o sistema educativo como um todo, envolvendo principalmente aquelas relacionadas a formação e qualificação profissional.

No Brasil, diante da expansão territorial e características demográficas, a EaD, através do uso das TIC, passa a desempenhar um papel essencial no que tange o acesso ao ensino, em especial ao ensino superior. A alta demanda existente contribui para que esta seja a ação a ser tomada para atingir aos objetivos de acesso à educação. Para Moore e Kearsley (2013) é através da EaD que são proporcionadas situações que contribuem principalmente para o acesso ao aprendizado, formação e qualificação profissional, nivelamento das desigualdades sociais e flexibilidade de horários de estudo. Nesse sentido, é possível considerar que a EaD apresenta uma função significativa na Sociedade do Conhecimento a partir do momento que contribui com a disseminação do conhecimento.

Para atender os alunos matriculados nessa modalidade de ensino torna-se necessária a criação de espaços físicos que ofereçam suporte necessário para que o processo de ensino e aprendizagem aconteça de forma eficaz. Esses espaços, denominados polos de apoio presencial são implantados, preferencialmente, em pequenos municípios e contribuem para que o estudante que não apresenta condições de frequentar regularmente o ensino presencial ou as universidades localizadas nos grandes centros tenha a possibilidade de cursar o ensino superior.

A partir dessas considerações, tem-se que através da criação dos polos de apoio presencial não são deslocadas somente condições tecnológicas para a realização do curso, mas também provocam em seu entorno uma transformação logística para receber estudantes e professores que precisam frequentar esse polo. Diante dessa percepção, o lado social e econômico da EaD, começa a ser analisado e percebido como um dos seus resultados. Nesse sentido, Vargas, Lima e Azevedo (2011) apontam que a presença do polo para a comunidade traz implicações diretas para seu desenvolvimento, atuando como um espaço que possibilita a socialização e crescimento intelectual. A formação acadêmica e profissional proporcionada a este aluno passa então a

contribuir para as atividades econômicas da comunidade local e das organizações produtivas do entorno do polo.

A partir do exposto, percebe-se a necessidade de um estudo que apresente os benefícios ocorridos após a implantação do polo de apoio presencial e como este contribui para o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade. Além disso, ressalta-se a importância de proporcionar um olhar que possibilite reflexões a partir da criação de novas políticas de distribuição dos polos de apoio presencial, bem como da definição de estratégias de desenvolvimento do entorno.

Considerando a importância da EaD para o acesso ao ensino superior, torna-se necessário um estudo para apresentar a relevância do polo no que tange ao desenvolvimento socioeconômico de seu entorno. Nesse sentido, a pesquisa propõe a responder a seguinte pergunta: **Quais fatores de transformação no desenvolvimento socioeconômico foram provocados no entorno do polo de apoio presencial após sua implantação?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Com base na definição do problema de pesquisa foram delineados os objetivos gerais e específicos a fim de conduzir a realização da pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os fatores de transformação no desenvolvimento socioeconômico provocado no entorno do polo de apoio presencial após sua implantação.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar indicadores de desenvolvimento socioeconômico dos municípios em que se instalam os polos.
- Mapear as organizações produtivas locais afetadas direta e indiretamente no entorno do polo.
- Relacionar as ações desenvolvidas no polo e as atividades socioeconômicas do entorno do polo.

1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A justificativa teórica desta pesquisa está fundamentada no estudo do desenvolvimento socioeconômico associado aos polos de apoio presencial. Na sociedade em que se vive o conhecimento é considerado gerador de riqueza, no qual é reconhecida a importância de seu compartilhamento e disseminação. E é nesse sentido que a EaD desempenha seu papel para a disseminação do conhecimento ao promover a expansão de IES e possibilitar acesso ao ensino superior público através da implantação dos polos de apoio presencial.

A implantação dos polos de apoio presencial realizada com base no decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, no qual o Sistema UAB realiza papel fundamental no processo de interiorização dos polos, visa atender a uma parcela da população que não tem acesso ao ensino superior público e de qualidade. É nesse sentido, que Vieira (2006) aponta a EaD como prática educativa que promove um alcance social capaz de reduzir as desigualdades sociais através de formação profissional e maior participação na sociedade.

Seguindo a mesma linha de considerações, Possari e Neder (2009) complementam afirmando que é através da educação que são construídos significados culturais que reforçam os interesses sociais e políticos de uma sociedade. Belloni (2009) complementa ao relacionar essas mudanças com a educação ao afirmar que a inclusão das tecnologias no meio educacional resulta em mudanças sociais, indo muito além das mudanças no processo de ensino-aprendizagem.

Com o crescimento da EaD no país comprova-se a importância dos polos de apoio presencial. Além das questões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem, a presença do polo de apoio presencial na comunidade também causa impactos socioeconômicos. Dessa forma, as mudanças ocorridas no processo econômico passam a refletir nas ações da sociedade em geral, principalmente quando relacionados à organização e gestão do trabalho, no acesso ao mercado de trabalho, bem como no acesso à cultura (BELLONI, 2009). Vargas, Lima e Azevedo (2011) afirmam que para que o desenvolvimento socioeconômico aconteça é preciso compreender o polo como um espaço socioeducativo, que resulta em transformações diretas para a comunidade local, bem como para a gestão municipal.

A implantação do polo em uma comunidade vem sendo realizada de forma com que barreiras existentes entre a academia e o chamado mundo real sejam rompidas a fim de atender a realidade local e social de

uma comunidade. Desta forma, considera-se que a inclusão social está ocorrendo através da formação acadêmica, com vistas a modelos sustentáveis e éticos, que devem perseguir a justiça, direcionando suas ações para resultados sociais significativos, dando conta de sua responsabilidade (VARGAS, LIMA e AZEVEDO, 2011).

A partir dessas considerações, constatou-se através de levantamento bibliográfico que pesquisas que apresentam como tema o polo de apoio presencial o utilizam como cenário para estudos de caso, avaliação da infraestrutura, atuação de gestores e tutores, evasão discente ou ainda sobre as TIC disponíveis para o processo de ensino-aprendizagem do aluno.

Ao associar o polo de apoio presencial ao desenvolvimento socioeconômico local não são encontradas pesquisas que apontem as transformações causadas após sua implantação. Nesse sentido, entende-se a necessidade de pesquisas que tenham como foco o polo de apoio presencial com intenção de apresentar outros benefícios causados através de sua implantação.

É nessa perspectiva que a pesquisa se faz importante, como uma forma de apresentar a importância do polo para a comunidade, mostrando este como um local que proporciona além da formação acadêmica e profissional, a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico para a comunidade, envolvendo assim as organizações localizadas no seu entorno.

Com a realização desta pesquisa, considera-se que estará colaborando com a realização de políticas que envolvem a distribuição de polos e para a definição de estratégias efetivas de desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, a pesquisa corrobora com comprovação da importância da EaD em diversos âmbitos, apresentando resultados positivos proporcionados pela implantação do polo de apoio presencial.

1.6 ADERÊNCIA DA PESQUISA AO PROGRAMA

O Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento (PPGEGC) tem como propósito o desenvolvimento de pesquisas que apresentam o “conhecimento percebido como produto, processo e resultado de interações sócio técnicas entre agentes humanos e tecnológicos” (PPGEGC, 2014). Para atender a esse objetivo o PPGEGC atua em três áreas de concentração que apresentam características da interdisciplinaridade, são elas: Engenharia do Conhecimento, Gestão do Conhecimento e Mídia e Conhecimento.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a interdisciplinaridade apresenta como principal característica a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento que contribuem com o desenvolvimento das fronteiras da ciência e tecnologia, trazendo como resultado a geração de novos conhecimentos (BRASIL, 2013). Fazenda (2001) complementa apontando que é possível compreender a interdisciplinaridade como um meio que permite a investigação de atitudes em diversos campos de atuação. No caso específico desta dissertação, considera-se a educação como um meio de aproximação da realidade social, apresentando novas leituras das dimensões socioculturais existentes das diversas comunidades escolares.

Com base nessas considerações a presente pesquisa se caracteriza como interdisciplinar ao promover a interação entre áreas do conhecimento distintas, apresentando domínios das Ciências Humanas, ao discorrer dos conhecimentos relacionados à Educação, incluindo a Educação a Distância (EaD) e políticas de implantação de EaD, e das Ciências Sociais Aplicadas, no qual os conhecimentos advêm da Economia e das Ciências Sociais ao tratar questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico. Portanto, considera-se esta pesquisa como sendo interdisciplinar em sua concepção e prática.

Em pesquisas já realizadas pelo PPGEHC foi possível encontrar teses e dissertações envolvendo a EaD como tema central, como as realizadas por Lenzi (2014), Sartori (2012) e Nunes (2013) que abordam o compartilhamento de conhecimento na EaD. Já as pesquisas de Ribas (2013), Schuelter (2010) e Lenzi (2010) apresentam questões relacionadas a gestão. O material didático para EaD é apresentado nas pesquisas de Schons (2009), Silva (2013) e Kotujansky (2009). E as pesquisas de Berg (2013) e Schneider (2012) apresentam questões relacionadas ao Ambiente virtual de Ensino-Aprendizagem. Já as pesquisas de Comarella (2009) e Pacheco (2010) abordam a evasão discente. Contudo, o polo de apoio presencial foi objeto de estudo em apenas uma tese apresentada no PPGEHC, no qual aponta a competência empreendedoras dos coordenadores de polo, em pesquisa realizadas por Wolf (2014). Com a realização da presente pesquisa, pretende-se dar, uma nova contribuição ao programa, pesquisa e estudiosos da área, possibilitando um novo olhar a partir da atuação da EaD no meio social por meio do desenvolvimento socioeconômico advinda da implantação do polo, enfatizando assim o caráter interdisciplinar deste estudo.

A partir do exposto, considera-se que esta pesquisa atende aos objetivos do PPGEHC a partir do momento que a EaD é considerada

como um meio de disseminação do conhecimento, resultando em uma aproximação da realidade social e apresentando novas leituras das dimensões socioculturais, representando uma ampla área de atuação que ultrapassa a disciplinaridade e indo ao encontro da interdisciplinaridade.

A pesquisa é considerada aderente a área de concentração Mídia e Conhecimento a partir do momento que busca promover a disseminação do conhecimento por meio da implantação dos polos de apoio presencial e dos recursos ali disponíveis, como as tecnologias educacionais. Além disso, esta dissertação de mestrado também está relacionada com a área de concentração Gestão do Conhecimento ao considerar a atuação do coordenador de polo como importante fator para a gestão do polo, interferindo nas atividades educacionais realizadas presencialmente que tem ação direta no desenvolvimento socioeconômico.

1.7 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Esta pesquisa está estruturada em seis capítulos, conforme descrito a seguir.

Neste primeiro capítulo é feita uma breve apresentação da pesquisa, descrevendo o problema de pesquisa, os objetivos a serem alcançados, a justificativa da pesquisa, seguida da descrição da interdisciplinaridade e aderência ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento.

No segundo capítulo são apresentados os fundamentos teóricos que estão relacionados com os temas da pesquisa. Inicialmente são apresentadas as principais definições e características da EaD, seguida da estrutura organizacional da EaD no Brasil. Na sequência são expostas as principais informações relacionadas aos polos de apoio presencial, apresentando sua importância e relevância para a educação e desenvolvimento, além da descrição dos principais atores atuantes no polo de apoio presencial. Em seguida são apresentadas as principais definições sobre desenvolvimento socioeconômico, a descrição e definição dos principais indicadores de desenvolvimento e, por fim informações sobre a divisão territorial do Brasil. Também é realizada uma explanação da sociedade do conhecimento e como esta se relaciona com o tema desta pesquisa. Para finalizar o capítulo são apresentadas as principais considerações do capítulo.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, incluindo a classificação da pesquisa, informações obtidas na busca sistemática e, por fim as delimitações da pesquisa.

O capítulo quatro traz as informações sobre a coleta de dados, bem como as informações obtidas através da aplicação de questionários. O capítulo cinco apresenta a análise e os resultados obtidos, no qual apresenta-se o perfil dos participantes e caracterização dos polos e o polo de apoio presencial associado ao desenvolvimento socioeconômico de seu entorno.

Para finalizar, o capítulo seis apresenta as considerações finais sobre a pesquisa, incluindo as conclusões obtidas e recomendações de pesquisas futuras. Finaliza-se com a apresentação das referências utilizadas e do questionário utilizado para coleta de dados como anexo.

2 POLO DE APOIO PRESENCIAL: O DESENVOLVIMENTO DO SEU ENTORNO

Este capítulo apresenta os fundamentos teóricos relacionados aos grandes temas abordados nesta dissertação. Em um primeiro momento são expostas as principais definições e características da EaD, seguido da apresentação da estrutura utilizada no Brasil. Na sequência são apresentadas informações referentes ao polo de apoio presencial e a equipe multidisciplinar que o compõe. São apresentadas ainda as principais definições relacionadas ao desenvolvimento e desenvolvimento socioeconômico, além da apresentação dos indicadores de desenvolvimento. Também são apresentadas informações referentes a divisão territorial do país, uma vez que esta apresenta características particulares quando relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico do país. E, para finalizar é feita uma explanação da sociedade do conhecimento como parte do desenvolvimento socioeconômico. Para compor esse capítulo foram identificadas na literatura obras de diversos autores a fim de familiarizar-se com o tema de estudo.

2.1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Esta seção apresenta as principais definições e características da EaD, bem como algumas considerações históricas e legais a respeito do tema, além de apresentar a estrutura organizacional da EaD no país.

2.1.1 Definição e características

Apresentar a definição de EaD é uma tarefa um tanto quanto instigante, visto que ao longo do tempo, com o avanço tecnológico, surgem novos modelos, novas teorias e diversas definições para descrever essa modalidade de ensino. A fim de compreender os conceitos, definições e características da EaD, faz-se necessária uma breve contextualização histórica de como esta modalidade de ensino foi implementada.

As primeiras experiências de EaD tiveram início a partir do desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação no século XIX, no qual se tornava possível o envio de material didático por correspondência (BELLONI, 2009). Segundo Vianney, Torres e Silva (2003), no Brasil o ensino na modalidade a distância apresenta uma trajetória diferente daquela que ocorreu em outros países. Os autores apontam que as primeiras experiências da EaD no país ocorreram em

1904 com o ensino por correspondência, no qual os cursos eram oferecidos por instituições privadas e traziam como objetivo a formação inicial em áreas técnicas. Essa foi considerada a primeira geração da EaD no Brasil.

Com o passar do tempo, instituições como fundações privadas e organizações não governamentais passaram a ofertar cursos supletivos a distância. Esses cursos transmitiam aulas via satélite, com o suporte dos materiais didáticos impressos (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003). Dessa forma, esta passou a ser considerada a segunda geração da EaD no país.

Foi na década de 1990 que a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) passou a ser utilizada nos cursos oferecidos na modalidade a distância, visto que a expansão da internet contribuiu para este fato (VIANNEY; TORRES; SILVA, 2003). No Brasil, foi somente a partir de 1994 que a EaD passou a ter o apoio do governo federal.

Com a expansão da Internet junto às IES, a EaD tornou-se válida no país através das alterações publicadas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), com a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no qual o Poder Público passou a incentivar o desenvolvimento de programas nessa modalidade de ensino em todos os níveis de ensino e de educação continuada, conforme apontado em seu artigo 80 (BRASIL, 1996).

O artigo 80 da Lei nº 9.394/96, que autoriza a EaD para a realização de cursos na modalidade a distância foi regulamentado pelos decretos 2.494 e 2.561, de 1998, sendo revogados pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Este passou então a regulamentar o artigo 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no que se refere às diretrizes e bases da educação no Brasil (BRASIL, 2005). Em seu artigo 2º é apontado que a EaD poderia então ser ofertada na educação básica, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional, cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior, além de cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado (BRASIL, 2005).

Ainda no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 ficou estabelecida a política que passaria a garantir a qualidade da EaD na perspectiva do credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação, bem como na articulação com os padrões de qualidade propostos pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2007).

A partir dessas breves considerações em relação a história da EaD, é possível apontar que esta modalidade de ensino está fundamentada na autonomia do estudante, sendo então auxiliado pelo uso das TIC. Dessa forma, tem-se que a flexibilidade que a EaD

possibilita aos seus estudantes contribui para que, atualmente, diversas metodologias sejam utilizadas pelas Instituições de Ensino (BRASIL, 2007).

Para Belloni (2009) a partir das características que a EaD apresenta tem-se que uma das principais está relacionada a metodologia adotada, uma vez que apresenta particularidades na qual são exigidos comportamentos diferentes daqueles que o aluno possui no ensino presencial. Nesse sentido, Trindade (1991) aponta que os princípios da EaD são: “aprendizagem autodirigida, disponibilidade de meios e materiais, programação da aprendizagem e interatividade entre estudantes e agentes de ensino”.

Na EaD a autoaprendizagem é essencial para o sucesso do aluno no curso e, para que isto ocorra as condições de estudos e fatores motivacionais são grandes influenciadores (BELLONI, 2009). A fim de oferecer as condições necessárias para o ensino-aprendizagem as TIC desempenham importante papel, visto que possibilitam a interação entre professores e alunos, bem como acesso ao conteúdo pedagógico. Para os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância, os recursos tecnológicos disponíveis complementam esse processo ao possibilitar a escolha da melhor metodologia a ser utilizada e estar de acordo com as condições de infraestrutura disponível para o aluno (BRASIL, 2007).

Seguindo essa linha de considerações, Maia e Mattar (2007) afirmam que as ferramentas de comunicação utilizadas no processo de ensino-aprendizagem na EaD contribuem para que a distância física e temporal entre professor e aluno seja suprimida, possibilitando assim maior interação entre professor e aluno, bem como do aluno com o material produzido.

A partir dessas considerações é possível afirmar que as definições de EaD estão em torno da separação física e temporal entre seus atores. Para Moore e Kearsley (2013) a EaD traz como conceito geral o processo de aprendizagem em que alunos e professores não estão no mesmo local. Dessa forma, os autores definem a EaD como “aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do ensino, o que requer comunicação por meio de tecnologias e uma organização institucional especial” (p. 2).

Maia e Mattar (2007) seguem a mesma linha de pensamento e definem a EaD como “uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação” (p. 6). Mill (2011) complementa ao apontar o uso intensificado das TIC para a mediação da relação

ensino-aprendizagem, no qual define a EaD como “uma modalidade educacional que faz uso das tecnologias telemáticas (baseadas nas telecomunicações e na informática)” (p. 16).

No Brasil, em termos legais, a EaD apresenta sua definição no Decreto nº 5.622, de 10 de dezembro de 2005. Dessa forma, a EaD é

[...] uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).

A partir dessas definições, dos benefícios apresentados em relação a metodologia de ensino e do aporte legal previsto na legislação, a EaD passa a representar um importante papel social ao oportunizar o acesso ao Ensino Superior, principalmente com a expansão e popularização das TIC e da internet. Para Moran (2013), ter acesso ao digital e ao virtual se tornou um novo direito de cidadania plena, exercendo então os direitos civis, políticos e sociais, visto que aqueles que não estão conectados não possuem acesso a ações que contribuem para a inserção no mundo profissional, nos serviços e, consequentemente na interação com os demais. Moore e Kearsley (2007) complementam ao apontar que a introdução da EaD nas IES proporciona o aumento do acesso ao aprendizado, a possibilidade de atualização e aperfeiçoamento profissional, a redução das desigualdades entre grupos etários e sociais, a combinação entre estudo, trabalho e vida familiar, dentre outros.

Através da somatória de características que a EaD apresenta é possível considerar que essa modalidade de ensino acontece de forma crescente no Brasil. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2012 e 2013 houve um aumento de 3,6% no número de matrículas realizadas nos cursos a distância, representando assim mais de 15% de participação na matrícula dos cursos de graduação (BRASIL, 2014). Dessa forma, considera-se que a EaD vem recebendo reconhecimento para sua implantação a partir do momento que contribui com o desenvolvimento da sociedade.

Diante das experiências e acontecimentos que contribuíram com a disseminação da EaD no país, tem-se essa como uma modalidade de

ensino que proporciona acesso ao Ensino Superior e a oportunidade de melhoria na qualidade do ensino ofertado (BELLONI, 2009)

Com base nas definições apresentadas é possível compreender os diversos entendimentos do que vem a ser a EaD e sua importância para a sociedade a partir do ponto de vista de acesso ao Ensino Superior e formação profissional. Com o propósito de complementar a base teórica referente a essa modalidade de ensino, na sequência é apresentada a estrutura organizacional que compõe o sistema de EaD no Brasil.

2.1.2 Estrutura organizacional da EaD no Brasil

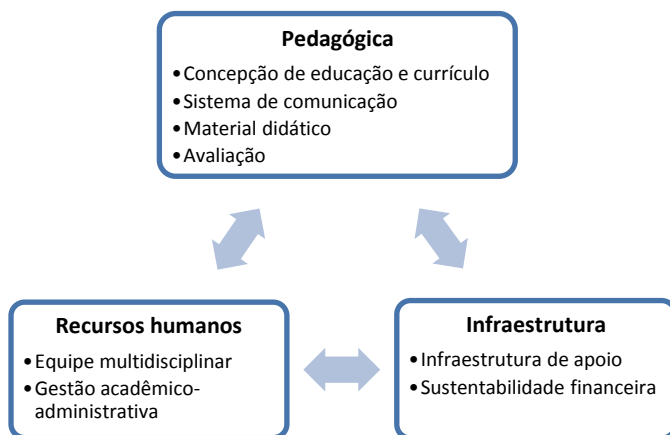
Neste tópico serão apresentadas as principais dimensões que compõem a estrutura organizacional da EaD no Brasil, conforme proposto pelos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância. Este documento, apresentado pela Secretaria de Educação a Distância em parceria com o Ministério da Educação foi criado com o intuito de ser um parâmetro para subsidiar os atos legais referentes a regulação, supervisão e avaliação da EaD.

O conteúdo apresentado nos Referenciais de Qualidade compreende as determinações apresentadas na legislação brasileira e que faz referência à EaD, como a Lei de Diretrizes e Bases, do Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006 e das Portarias Normativas 1 e 2, de 11 de janeiro de 2007 (BRASIL, 2007).

Conforme apresentado pelos Referenciais de Qualidade, as IES que oferecem cursos na modalidade a distância devem apresentar categorias que envolvem diferentes aspectos, sendo eles: pedagógicos, de recursos humanos e de infraestrutura

Para compor esses diferentes aspectos, são apontados tópicos que apresentam características que se relacionam entre si a fim de que sejam atendidas as propostas do Projeto Político Pedagógico (PPP) dos cursos EaD (BRASIL, 2007). Esses aspectos e tópicos são apresentados na figura 1, no qual é feita uma relação com cada um dos aspectos propostos pelos Referenciais de Qualidade. Vale notar que as dimensões indicadas não atuam de forma isolada e se complementam em suas ações.

Figura 1 – Interação entre os aspectos e tópicos que compõem o Projeto Político Pedagógico de cursos EaD.



Fonte: Elaborado pela autora baseado em BRASIL (2007).

Na dimensão pedagógica, é possível concentrar os tópicos Concepção de educação e currículo no processo de ensino e de aprendizagem, o Sistema de comunicação, o Material didático e a Avaliação uma vez que estão relacionados ao processo de ensino-aprendizagem do aluno. Para os Referenciais de Qualidade é com base nos princípios e diretrizes adotadas na concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem, incluindo a escolha das tecnologias a ser utilizadas bem como a produção do material didático que é proposta a integração entre diferentes mídias que contribuirão com o desempenho do aluno ao longo do curso. Além disso, é por meio da avaliação de aprendizagem que é possível o acompanhamento pedagógico do aluno e, através da avaliação institucional tem-se conhecimento das condições de oferta dos cursos e do processo pedagógico (BRASIL, 2007; 2005).

No que se refere à dimensão de Recursos Humanos é possível identificar os tópicos relacionados a equipe multidisciplinar e a gestão acadêmico-administrativa. Em relação a equipe multidisciplinar, os Referencias de Qualidade apontam como atores os docentes, os tutores e o pessoal técnico-administrativo. Considera-se que esses profissionais apresentam papel fundamental na execução dos cursos, uma vez que realizam funções de planejamento, implementação e gestão dos cursos (BRASIL, 2007).

Os docentes exercem atividades que envolvem desde a criação do material didático até o acompanhamento e avaliação de todo o processo de ensino-aprendizagem do curso. Os tutores atuam na prática pedagógica, contribuindo com o desenvolvimento e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem através do contato direto com o aluno (BRASIL, 2007). Para completar a equipe multidisciplinar, os Referenciais de Qualidade indicam o corpo técnico-administrativo, que é composto por profissionais que oferecem o apoio necessário para a plena realização dos cursos, envolvendo profissionais responsáveis pelas atividades administrativas e profissionais responsáveis pelo suporte técnico nos laboratórios e bibliotecas.

Em relação a gestão técnico-administrativa, os Referenciais de Qualidade destacam o papel do coordenador de polo de apoio presencial. Este profissional é considerado como o “responsável pelo bom funcionamento dos processos administrativos e pedagógicos que se desenvolvem na unidade” (BRASIL, 2007, p. 23). Dessa forma, considera-se o coordenador de polo como o profissional que deve ter conhecimento de todas as ações desenvolvidas no polo, desde as atividades desenvolvidas na secretaria até o desempenho dos alunos nos cursos oferecidos.

Para finalizar, a dimensão de infraestrutura é apontada como o espaço que a Instituição deve apresentar para o atendimento aos alunos e professores (BRASIL, 2007). Nesse sentido, identifica-se que devem ser oferecidas duas instalações básicas, sendo elas: coordenação acadêmico-operacional nas Instituições e os polos de apoio presencial (BRASIL, 2007). Ao se referir a coordenação acadêmico-operacional é importante ressaltar que esta é considerada a infraestrutura que a Instituição deve apresentar para que as atividades relacionadas aos cursos da EaD estejam centralizadas de forma que seja garantido um padrão de qualidade. Essas atividades estão relacionadas, principalmente ao planejamento, produção e gestão dos cursos (BRASIL, 2007).

Outra instalação essencial referente a infraestrutura que as instituições devem oferecer aos cursos da modalidade a distância são os polos de apoio presencial. A implantação do polo representa, para o aluno, o ponto de referência do curso, auxiliando em todo o desenvolvimento necessário do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2007).

A partir do que foi exposto, considera-se que para manter o padrão de qualidade da Instituição e do ensino oferecido, é necessária a definição de princípios, diretrizes e critérios específicos para a EaD. Dentre esses critérios apresentados é possível considerar a implantação

dos polos de apoio presencial e a atuação da equipe multidisciplinar como essenciais para o atendimento ao aluno. E, a fim de evidenciar a importância do polo de apoio presencial e da equipe atuante é apresentada a seção a seguir.

2.2 POLO DE APOIO PRESENCIAL

Baseada nas características que a EaD apresenta tornam-se necessárias ações que viabilizem o acesso ao ensino e, é nesse sentido que se faz necessária a implantação dos polos de apoio presencial. No Brasil, a internet é considerada como o recurso fundamental para a realização da EaD (BEHAR et al, 2013) e, afim de disponibilizar um espaço onde o aluno tenha acesso ao curso ofertado e aos materiais disponíveis para estudos, a implantação dos polos em locais onde o acesso à internet acontece de forma limitada passa a ser de extrema importância.

Belloni (2009) aponta que os benefícios que a EaD oferece serão efetivados somente se atendidos os critérios de acessibilidade e qualidade previstos na legislação. E é na questão do acesso ao ensino superior que os polos de apoio presencial passam a contribuir com a EaD e com a oferta de formação profissional. Já em relação a qualidade dos cursos ofertados nessa modalidade de ensino, é importante ressaltar que esta deve estar de acordo com o previsto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que aponta que esta modalidade de ensino deve ser organizada através de abertura e de regimes especiais, sendo oferecidas apenas por instituições especificamente credenciadas pela União, para que assim possam ofertar cursos em todos os níveis de ensino (BRASIL, 1996; 2005).

A partir de ações que viabilizam a expansão da EaD, a implantação dos polos passa a ser considerada uma forma de desenvolvimento, ampliação, democratização e interiorização da educação superior pública e de qualidade no país (BRASIL, 2007; MOTA, 2009). Nesse sentido, Belloni (2009) aponta que a legislação atual que envolve a educação permite a integração da EaD nas universidades brasileiras, fazendo-se necessária a execução de políticas públicas que contribuam com a implementação destas ofertas.

A fim de implementar os cursos e promover a formação profissional, considera-se a implantação dos polos de apoio presencial como fator necessário para que assim se torne possível o cumprimento dos momentos presenciais exigidos no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 em seu artigo 1º, apontando estes encontros como

obrigatórios. Os encontros presenciais tornam-se obrigatórios para que a realização de atividades como avaliação dos estudantes, realização de estágios, defesas de trabalho de conclusão de curso e realização de atividades em laboratórios específicos, quando for o caso (BRASIL, 2005).

Para a criação dos polos, o Governo Federal, em nível de políticas públicas, criou um sistema que passou a contribuir com a disseminação da EaD e, conseqüentemente com o acesso ao ensino superior. Denominado de Universidade Aberta do Brasil (UAB), este tem como seu público alvo professores que atuam na educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal, além da oferta de cursos destinados a gestores e dirigentes que atuam na educação. Para Mill (2012), é através da proposta da UAB que o Governo Federal passou a apresentar exigências legais e parâmetros de qualidade para a oferta de cursos na modalidade a distância, trazendo assim melhores perspectivas quanto ao apoio recebido.

Instituído em 2006, através do Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006 em seu artigo 1º, o Sistema UAB tem como objetivo “o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País” (BRASIL, 2006). Para Bastos et al (2013) a UAB ainda objetiva a inclusão social e educacional através da EaD. Além disso, para Vargas, Lima e Azevedo (2011) a criação do sistema UAB tem o propósito de reforçar a importância da universidade pública quanto ao seu papel social relacionado ao acesso ao nível superior.

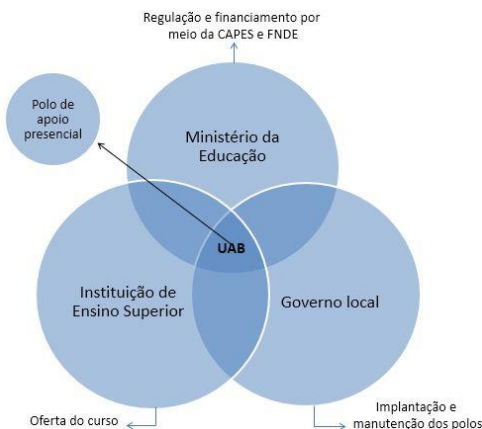
Com base em seus objetivos, o Sistema UAB é sustentado sob cinco eixos fundamentais (BRASIL, 2010), sendo eles.

- I. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
- II. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- III. Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- IV. Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;

V. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

A partir dessas considerações, tem-se a criação de uma proposta que visa a articulação entre as IES públicas já existentes e os diferentes níveis governamentais. Para Angulski (2011) é através do convênio existente entre o governo federal, estadual e municipal que a EaD entra em uma nova fase. A figura 2 ilustra como a articulação criada para promover a expansão da EaD está associada a criação da UAB e dos polos de apoio presencial.

Figura 2 – Articulação entre entes MEC, IES e governo local para a criação dos polos de apoio presencial.



Fonte: Elaborado pela autora baseado em Brasil (2006) e Mill (2012).

Conforme exposto na figura 2, a UAB é composta pela articulação entre diferentes níveis governamentais: MEC, IES e Governo local. O MEC atua como o responsável pela regulação das IES e dos cursos ofertados e, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é realizado o financiamento para a execução dos cursos ofertados. A IES atua como a responsável pela oferta dos cursos e, para que o aluno tenha acesso ao material produzido o Estado ou Município, identificado como Governo local tornam-se os responsáveis pela implantação e manutenção dos polos de apoio presencial (MILL, 2012).

Através da viabilização e articulação estabelecida, o Sistema UAB

[...] propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as universidades públicas e demais organizações interessadas, enquanto viabiliza mecanismos alternativos para o fomento, a implantação e a execução de cursos de graduação e pós-graduação de forma consorciada (BRASIL, 2010).

Dessa forma, através do Sistema UAB, o MEC passou a considerar a democratização, expansão e interiorização do ensino superior público e gratuito no Brasil (BASTOS et al, 2013). Pianesser et al (2014) aponta que a UAB passou a ser um mediador de inclusão social ao consolidar a EaD no país e fomentar a institucionalização dessa modalidade de ensino nas IES e, assim contribuir com a formação e desenvolvimento profissional de cidadãos de todo o país, independentemente de sua localização geográfica. Nesse sentido, define-se a UAB como “um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância” (BRASIL, 2010).

Através da disseminação e interiorização do ensino superior considera-se que

Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (BRASIL, 2010).

Para atender a demanda e atingir os objetivos propostos pelo Sistema UAB o polo passa a representar um papel de extrema

importância. O Decreto nº 5.622, em seu artigo 12 define o polo de apoio presencial como “a unidade operacional, no País ou no exterior, para o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados a distância” (BRASIL, 2005). O polo é também considerado o local que, através de uma estrutura acadêmica, oferece apoio pedagógico, tecnológico e administrativo ao aluno de EaD no qual a responsabilidade é das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) formadoras (BRASIL, 2010).

O polo é definido por Silva et al (2010) como “o braço operacional da instituição de ensino superior na cidade do estudante (ou na mais próxima dele), onde acontecem os encontros presenciais, o acompanhamento e orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais” (p.3).

Para Mota (2009) é através do polo que o estudante tem a oportunidade de se relacionar com a Instituição ofertante do curso, além do contato com tutor presencial e demais estudantes. Vargas, Lima e Azevedo (2011) complementam ao apontar o polo como um espaço socioeducativo que implica em ações diretas para a comunidade local. Pianesser et al (2014) complementa apontando que a contribuição para a expansão da formação em nível superior no país. Nesse sentido, é importante ressaltar que para a efetivação do polo de apoio presencial sua localização deve ser, preferencialmente, em municípios com no máximo 50 mil habitantes e que não possua instalações acadêmicas de nível superior (BRASIL, 2010), contribuindo assim para a interiorização e acesso a formação acadêmica promovida pelas IES.

Rocha e Baylão (2014) afirmam que o polo contribui para a inserção do aluno na EaD, uma vez que muitos destes alunos não conhecem a dinâmica dos cursos a distância e com a infraestrutura apresentada que contribua para o desempenho acadêmico e pedagógico ao longo do curso. Nesse sentido, a CAPES define o polo de apoio presencial como “núcleo de apoio pedagógico e administrativo do sistema UAB e deve dispor de biblioteca, laboratório de informática, tutoria presencial, aulas presenciais, práticas de laboratório, dentre outras atividades” (CAPES, 2010). Dessa forma, considera-se que o polo de apoio presencial deve apresentar uma infraestrutura que contribua com a formação do aluno.

Ao referir-se sobre a infraestrutura do polo de apoio presencial Silva et al (2010) ressalta a importância que este representa para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem do aluno, visto que a partir do que lhe é oferecido que será oportunizada a realização das

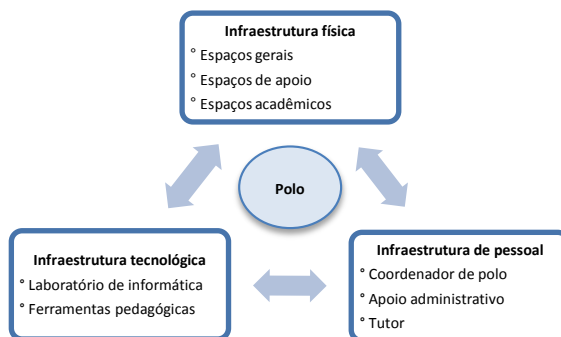
atividades, bem como a interação com tutores e demais estudantes. Fraga et al (2014) aponta que o polo de apoio presencial torna-se essencial para que o aluno da modalidade a distância tenha o suporte necessário para a realização do curso.

A infraestrutura do polo, segundo a UAB, deve apresentar alguns critérios para cumprir os objetivos propostos, sendo eles infraestrutura física adequada, acesso às TIC, atendimento aos padrões legais relacionados a acessibilidade e, identificação visual da CAPES/MEC.

Ao referir-se sobre a infraestrutura, os polos devem dispor de espaços que apresente as condições necessárias e adequadas ao conforto do aluno de EaD, considerando-se espaços gerais, de apoio e acadêmicos (BRASIL, 2010). Os espaços gerais obrigatórios envolvem a sala de coordenação, sala para secretaria e banheiros (pelo menos um feminino e um masculino, com acessibilidade). Em relação aos espaços de apoio considera-se o laboratório de informática e biblioteca com espaço para estudos. Já sobre os espaços acadêmicos tem-se este como os espaços no qual o aluno poderá assistir as aulas por vídeo ou web conferência, realização de provas presenciais além da possibilidade de tutoria presencial (BRASIL, 2010).

A partir dessas considerações, Fraga et al (2014) apontam o polo como o centro de um conjunto de infraestruturas, uma vez que estas concentram as exigências propostas. A figura 3 apresenta o conjunto de infraestruturas que um polo de apoio presencial apresenta, segundo Fraga et al (2014).

Figura 3 – Articulação entre os diferentes níveis governamentais para a criação dos polos de apoio presencial.



Fonte: Fraga et al (2014).

No que se refere a infraestrutura física considera-se este como o espaço que envolve o atendimento ao aluno quanto ao processo de ensino-aprendizagem, incluindo mobiliários (SILVA et al, 2010). A infraestrutura tecnológica é considerada como aquela que apresenta os equipamentos que contribuem para o acesso às TIC, uma vez que o aluno de EaD é dependente do uso dessas tecnologias, bem como do acesso à internet (MOORE; KEARSLEY, 2013; BEHAR et al, 2013). E para completar, a infraestrutura de pessoal passa a ser composta pela equipe que garante o funcionamento do polo, como coordenador de polo, apoio administrativo e tutor. A equipe multidisciplinar que compõe o polo será apresentada no tópico a seguir.

Para que os polos atendam aos objetivos propostos e apresentem a infraestrutura adequada aos alunos, o MEC, através da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED), criaram um formulário com as estruturas necessárias que a IES e o mantenedor (Governo local) devem apresentar para que seja ofertada a EaD e, posteriormente diante da necessidade da implantação e acompanhamento dos polos, foi realizada adaptação para que pudesse apresentar a base para verificação dos critérios exigidos (SPANHOL, 2007). Este documento foi elaborado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹.

A UAB, em paralelo às avaliações realizadas para o credenciamento das IES, realiza monitoramentos *in loco* que objetivam auxiliar, orientar e oferecer suporte no que tange a estrutura e reconhecimento da EaD no país (BRASIL, 2010). Este acompanhamento, realizado por profissionais credenciados, aponta as adequações que o polo necessita realizar de acordo com a classificação atribuída pelo profissional que acompanha o polo.

Para que o polo atenda aos requisitos exigidos, o mantenedor, representado pelo município e Estado, é o responsável pela estrutura, organização e manutenção dos polos. A fim de que as atividades no polo sejam realizadas de forma a atender as exigências e contribuir com a disseminação e expansão da EaD, torna-se imprescindível a parceria

¹ Disponível em

<http://download.inep.gov.br/download/superior/ead/Instrumento_Cred_Polo_EAD_atualizado_agosto.pdf>

com os demais atores do polo de apoio presencial, como coordenador de polo, professores, tutores e apoio administrativo.

A partir do exposto, foi possível compreender que a EaD apresenta características e formato próprios, no qual a adoção de um sistema administrativo diferenciado, que inclui avaliação e acompanhamento próprios, recursos tecnológicos diversificados, apoio pedagógico e de infraestrutura de acordo com a realidade encontrada exige a atuação de uma equipe que apresente formação múltipla. É nesse contexto, que a seguir são apresentados os principais atores que compõem a equipe multidisciplinar, bem como as principais considerações relacionadas a esta equipe.

2.2.1 Equipe multidisciplinar

A equipe atuante no polo de apoio presencial é fundamental para que seja oferecido ao aluno todo suporte necessário para a realização do curso ofertado na modalidade a distância. Vargas, Lima e Azevedo (2011) apontam que através da presença dos diversos profissionais do polo que é dada a oportunidade de socialização, envolvendo assim os aspectos cognitivos e afetivos. Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância apontam que a equipe que deve compor o polo de apoio presencial deve ser composta por profissionais que estejam aptos a desenvolver funções relacionadas ao planejamento, implementação e gestão de cursos (BRASIL, 2007).

O Sistema UAB aponta que para compor o desenvolvimento das atividades no polo a equipe deve ser composta pelos seguintes profissionais: coordenador de polo, secretaria, bibliotecário, técnico de informática, tutores, técnicos de laboratórios pedagógicos e técnicos de apoio (CAPES, 2010). Schneider, Silva e Behar (2013) apontam que os professores também compõem a equipe multidisciplinar uma vez que contribuem com ações que envolvem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Além desses profissionais, Pianesser et al (2014) complementa ao apontar que no modelo de EaD adotado no Brasil pela UAB a equipe multidisciplinar é composta pelo coordenador de polo, coordenador de curso, professor, coordenador de tutoria, tutor a distância e tutor presencial.

A partir dessas considerações é possível apontar o coordenador de polo, os professores e os tutores como os profissionais que contribuem com as atividades realizadas no polo, uma vez que estão diretamente ligados ao desenvolvimento das ações que interferem no pleno

desenvolvimento do polo, principalmente no que se refere ao atendimento aos alunos e ao processo de ensino-aprendizagem.

Ao referir-se sobre o coordenador de polo, Angulski (2011) aponta que através da expansão da EaD a figura do coordenador do polo passa a apresentar cada vez mais importância, uma vez que este se torna o responsável pelo atendimento dos alunos, professores, tutores e comunidade em geral. O autor ainda complementa que o coordenador de polo é o profissional que administra além das atividades exercidas pelos professores, tutores e aluno, as instalações físicas do polo.

Bastos et al (2013) apontam que o coordenador é o responsável pelo gerenciamento dos recursos disponíveis no polo bem como das ações essenciais para que o polo atinja seus objetivos. Silva et al (2010) corroboram com a afirmação ao apontar o coordenador de polo como o responsável pelo gerenciamento e operacionalização deste ambiente. E, a partir das atribuições designadas ao coordenador de polo tem-se que este deve apresentar conhecimento relacionado tanto na área pedagógica quanto administrativa.

Para Vargas, Lima e Azevedo (2011) o coordenador de polo, também denominado gestor de polo, apresenta ainda uma função social diante das atribuições que possui. Os autores apontam que além das atividades acadêmicas e pedagógicas desenvolvidas, o coordenador de polo deve apresentar sensibilidade para identificar as necessidades, prioridades e demanda daquilo que é importante para a comunidade local. Dessa forma, é possível identificar a importância que o polo representa para seu entorno, visto que este espaço é considerado um complexo acadêmico que agrega valor à comunidade e está inserido em um contexto sociocultural (VARGAS, LIMA e AZEVEDO, 2011).

Os docentes envolvidos na equipe multidisciplinar são os responsáveis pelo material que o aluno terá acesso para realização do curso. Segundo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância os professores que atuam na EaD apresentam como principais atribuições a definição dos fundamentos teóricos do projeto, seleção do conteúdo curricular e atividades pedagógicas, identificação dos objetivos de aprendizagem e competências cognitivas, habilidades e atitudes, além da gestão acadêmica do processo de ensino-aprendizagem (BRASIL, 2007).

Para Belloni (2009), o papel atribuído ao professor está diretamente ligado ao processo de construção do conhecimento e, dessa forma, Silva e Spanhol (2014) apontam que a elaboração do material didático envolve a formação de uma equipe multidisciplinar que atua de forma interdisciplinar a fim de apresentar uma “heterogeneidade de

saberes para definir-se uma metodologia produtiva e eficiente” (p. 112). Nesse sentido, Schneider, Silva e Behar (2013) apontam a necessidade de adequação da linguagem e metodologia para que assim sejam atendidas as diferentes necessidades e realidades dos alunos dessa modalidade de ensino. As autoras complementam apontando que o professor da EaD atua mais próximo do aluno ao realizar acompanhamento constante e, dessa forma a parceria com o tutor se torna fundamental.

Nesse sentido, a fim de contribuir com as atividades propostas pelo professor encontra-se o tutor que desempenha o papel de acompanhamento dos alunos. Segundo os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância dentre as atribuições do tutor estão o esclarecimento de dúvidas utilizando as ferramentas de comunicação adotadas, a promoção de troca de conhecimento entre os alunos e participação dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem em parceria com os docentes responsáveis (BRASIL, 2007).

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância preveem a atuação do tutor presencial e do tutor a distância. O tutor a distância é aquele que atua online, acompanhando o aluno quanto a utilização do Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem (AVEA) e das ferramentas de comunicação adotadas. Já o tutor presencial é aquele que atende o aluno nos encontros presenciais realizados no polo (BRASIL, 2007).

Para a atividade de tutoria, seja ela a distância ou presencial, Schneider, Silva e Behar (2013) apontam que devido as atividades exercidas pelos tutores estes atuam como mediador e professor auxiliar uma vez que acompanham o aluno em seu processo de aprendizagem. É importante ressaltar que para o pleno desenvolvimento das atividades os tutores devem apresentar domínio do conteúdo específico do curso em que atuam (BRASIL, 2007). A partir dessas considerações, tem-se que a atividade de tutoria também envolve principalmente a orientação acerca da aprendizagem através do uso das TICs, contribuindo para que as atividades aconteçam de forma organizada e planejada.

A partir do exposto é possível considerar que a equipe multidisciplinar atuante no polo de apoio presencial é fundamental para que os objetivos propostos pelo Sistema UAB sejam atingidos, principalmente quando relacionado ao bom desempenho das atividades propostas, na garantia de acesso ao ensino superior e na infraestrutura disponível. Na seção a seguir são apresentadas as principais considerações acerca de desenvolvimento socioeconômico e como este interfere na qualidade de vida das pessoas.

2.3 DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

Definir o que é desenvolvimento torna-se essencial para que este possa ser compreendido como parte das mudanças que envolve do cotidiano dos indivíduos. A palavra desenvolvimento é derivada da palavra “desenvolver”, de envolver, que vem do latim *involvere* (SILVA, 2009). Segundo Silva (2009), a indicação do prefixo “des” representa ação e, dependendo do contexto, desenvolvimento pode significar a retirada de algo que impede novas ações. Com base nessa definição tem-se que o desenvolvimento reflete a realização de novas atividades, contribuindo com um processo de mudança que está por vir.

Os primeiros registros relacionados ao desenvolvimento são referentes do século XVII, no qual trazia como princípio a possibilidade de conhecer “um progresso permanente e auto impulsionado de suas potencialidades latentes” (DIAS, 2004, p. 63). Já no século XIX teve origem as concepções modernas de desenvolvimento, fato que ocorreu simultaneamente ao surgimento da Sociologia (DIAS, 2004). Este acontecimento também é apontado por Siedenberg (2004), no qual afirma que nos séculos XVIII e XIX o conceito esteve associado ao entendimento de que os indivíduos e sociedades são capazes de modificar o meio em que vivem através de suas próprias ações, construindo assim um mundo melhor. Dessa forma, tem-se que a partir desse contexto histórico, que o desenvolvimento passou a significar “movimento, processo, mudança e libertação” (SIEDENBERG, 2004, p. 12).

Para Siedenberg (2004) o termo desenvolvimento tem sua origem através de um conjunto de conceitos utilizados na Biologia, no qual é realizada a relação entre desenvolvimento, crescimento e evolução, visto que estes são processos de mudança que apresentam algum tipo de relação, mesmo diante de suas diferenças. O autor aponta que, na Biologia, essas mudanças podem ser quantitativa ou qualitativa, estar relacionadas a indivíduos ou objetos, ou ainda apresentar mudanças somente através de determinadas combinações.

Tendo como base que as alterações ocorridas em indivíduos e população acontecem de diversas maneiras, na Biologia, desenvolvimento passou a ser denominado como a capacidade individual de mudança ao longo de sua própria vida (SIEDENBERG, 2004).

Em contrapartida, na economia, o conceito de desenvolvimento nem sempre está associado a crescimento e, nesse sentido torna-se

necessária a distinção entre esses termos. Para Souza (2011) existem duas correntes teóricas que abordam essa temática. A autora aponta que alguns grupos de economistas consideram crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já um segundo grupo de economistas diverge desta consideração a partir do momento que crescimento é considerado uma condição para que o desenvolvimento se faça presente.

Para os economistas que consideram a diferença entre crescimento e desenvolvimento, tem-se que os resultados obtidos com o desenvolvimento econômico nem sempre favorecem a economia como um todo (SOUZA, 2011). Cário (2011) corrobora com a discussão ao afirmar que as mudanças apresentadas pelo sistema econômico nem sempre resultam em alterações importantes que possam afetar o comportamento da população.

Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) o desenvolvimento está relacionado à combinação entre fatores econômicos, como renda, e a fatores extra econômicos, como acesso ao conhecimento (SEBRAE, [20--]a). Dessa forma, vale notar o ponto de vista apresentado por Sen (2010) ao considerar que o conceito de desenvolvimento está presente na lacuna existente entre o esforço pela riqueza econômica e a qualidade de vida que se busca.

Desenvolvimento é então considerado como o resultado de mudanças que acontecem de forma qualitativa na vida da população, como o comportamento das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas (SOUZA, 2011). Siedenberg (2004) complementa com a discussão ao apontar que o desenvolvimento representa os processos de mudança qualitativa a partir do momento que o indivíduo ou organização passa a ter a capacidade de diferenciar sua condição anterior. Para Sen (2010) o desenvolvimento deve estar sempre relacionado à melhoria da qualidade de vida que se leva.

Seguindo essa linha de pensamentos, Schumpeter (1997) aponta que o desenvolvimento representa as mudanças na vida econômica que são resultados da própria iniciativa do indivíduo e não aquelas que são impostas por situações externas. Nesse momento é importante considerar que as mudanças que estão associadas ao desenvolvimento proporcionam aos indivíduos e para a sociedade mais controle sobre o seu próprio destino (STIGLITZ, 1998). Dessa forma, tem-se o desenvolvimento como um processo onde existe a reciprocidade entre ações sociais e de liberdades políticas dentro de uma sociedade (SEN, 2010).

A partir dessas considerações, reforça-se o conceito de que o desenvolvimento não é representado pelo aumento da riqueza,

característica do crescimento econômico (SCHUMPETER, 1997). Esse aspecto também é apontado pelo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD) no qual aponta que o crescimento econômico não representa, necessariamente, o aumento da qualidade de vida e, em alguns casos contribui para o aumento das desigualdades sociais (PNUD, 2013). Dessa forma, essa afirmação vem ao encontro de Colman e Nixon (1981), quando concluem que, como processo, desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico.

Para Colman e Nixon (1981) o desenvolvimento é o processo de aprimoramento em relação a um conjunto de valores, como por exemplo, as condições desejáveis pela sociedade. Streeten (1972) é citado por Colman e Nixon (1981) ao definir desenvolvimento como

[...] modernização, e modernização significa transformação de seres humanos. Desenvolvimento como objetivo e desenvolvimento como processo compreendem, ambos, uma mudança nas atitudes fundamentais em relação à vida e ao trabalho e nas instituições sociais, culturais políticas (STREETEN, 1972, apud COLMAN; NIXSON, 1981, p. 21).

Essa definição de desenvolvimento é semelhante a apresentada por Stiglitz (1998), que aponta desenvolvimento como a representação de uma transformação da sociedade, no qual comportamentos considerados como tradicionais passam a ser realizados de formas “modernas”. O autor esclarece que os pensamentos tradicionais são aqueles no qual a sociedade aceita a condição atual e não realiza ações para a mudança, já a perspectiva moderna, que leva ao desenvolvimento, é aquela onde a sociedade reconhece a mudança e que as ações a serem tomadas contribuirão para a melhoria da qualidade de vida (STIGLITZ, 1998).

A partir do exposto em relação às diferentes concepções acerca de desenvolvimento é importante destacar que, mesmo com as diferentes perspectivas apresentadas não é possível chegar a uma única definição, fato este apontado por Siedenberg (2004). O autor ainda afirma que devido as diferentes especificações acerca de desenvolvimento se torna inviável construir uma visão geral do problema, concluindo assim desenvolvimento como um conceito ambíguo e difuso.

Dessa forma, Colman e Nixon (1981) consideram desenvolvimento como “um conjunto de objetivos ou processo

multidimensional” que apresenta dimensões econômicas, políticas e culturais (COLMAN; NIXSON, 1981, p. 21). Contribui com a afirmação, Siedenberg (2003) ao apontar que a partir do momento que desenvolvimento é considerado um processo de mudanças passa então a envolver, também, questões socioeconômicas.

Considerando que o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade acontece através das ações realizadas em diferentes dimensões, para esta pesquisa é importante ressaltar o papel que as atividades realizadas no entorno da comunidade local trazem para seu desenvolvimento. Nesse sentido, vale apresentar a definição de entorno para que o mesmo seja compreendido dentro do contexto apresentado na pesquisa. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “entorno” como substantivo masculino é sinônimo de circunvizinhança (AURÉLIO, 2004). Já o Dicionário da Língua Portuguesa (2014) complementa ao apresentar entorno como “aquilo que rodeia algo ou alguém; ambiente; vizinhança”. A partir daí considera-se entorno como tudo que está localizado ao redor de algo, como as organizações prestadoras de serviço como empresas, indústrias, estabelecimentos comerciais dentre outros.

Com base nessas considerações tem-se que o entorno representa um importante papel no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade, visto que as atividades realizadas pelas organizações estão diretamente ligadas ao crescimento e desenvolvimento local.

A partir das considerações sobre o desenvolvimento socioeconômico, Siedenberg (2003) complementa que a questão central passa a ser a mensuração do desenvolvimento e, nesse sentido a seguir são apresentadas as principais definições relacionadas aos Índices de Desenvolvimento, bem como os mais utilizados atualmente para mensurar o desenvolvimento socioeconômico.

2.3.1 Indicadores de desenvolvimento

Tomar conhecimento dos principais conceitos e definições relacionados ao desenvolvimento e como este atua para processo de mudanças socioeconômicas instiga à um novo desafio: como mensurar o desenvolvimento? (SIEDENBERG, 2003). Esse questionamento vem ao encontro da afirmação de Colman e Nixon (1981) em relação ao interesse em avaliar e calcular o desenvolvimento. Nesse sentido, os indicadores passam a ser considerados como as variáveis que melhor atendem a esse desafio.

Para o Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores, “indicadores são métricas que proporcionam informações sobre o desempenho de um objeto com vistas ao controle, comunicação e melhoria” (BRASIL, 2009, p. 13). Siedenberg (2003) cita a definição de indicadores apontada por McGranahan (1974), no qual define indicadores como variáveis que representam características parciais de processos de desenvolvimento em cenários específicos.

Indicadores também são considerados como instrumentos que fornecem o acompanhamento e avaliação de melhorias, no qual as informações obtidas são transformadas em políticas públicas (SEBRAE [20--]b). Complementando essa definição, vale citar que os indicadores também atuam como instrumentos de gestão para atividades de monitoramento e avaliação, uma vez que possibilitam a identificação de melhorias alcançadas, de problemas existentes e de questões que necessitam de mudanças (BRASIL, 2009).

Uma consideração importante referente aos indicadores é apontada por Siedenberg (2003) ao afirmar que, em sua maioria, são apresentados através de valores estatísticos, indo de encontro ao que seu conceito propõe, apontando apenas aspectos parciais das informações adquiridas. Dessa forma, os indicadores são atribuições de valor destinados a determinados acontecimentos ou situações a que são aplicados critérios de avaliação (BRASIL, 2009).

Com base nas definições apresentadas sobre indicadores de desenvolvimento, para Siedenberg (2003, p. 59) os principais objetivos dos indicadores estão em “diagnosticar condições de desenvolvimento social ou setorial, propiciar informações sobre problemas sociais ou crises potenciais, subsidiar planos e decisões políticas e, avaliar metas e estratégias globais/setoriais”.

Outro objetivo atribuído aos indicadores é apresentado pelo Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores, que aponta que os indicadores também contribuem para o embasamento de análise crítica dos resultados obtidos, facilitam o planejamento e controle de desempenho, bem como a viabilização de uma análise comparativa de desempenho de diferentes organizações atuantes em áreas ou ambientes semelhantes (BRASIL, 2009).

É importante salientar que as informações estatísticas apresentadas pelos indicadores só possuem sentido quando “se inserem num contexto teórico-metodológico que lhe empresta o respectivo significado” (SIEDENBERG, 2003, p. 68). Nesse sentido, a escolha do indicador deve ser realizada com cautela, uma vez que pode influenciar

nos resultados que se pretende obter através da análise do processo de desenvolvimento. Dessa forma, os critérios de escolha dos indicadores devem ser realizados levando em consideração os objetivos que se pretende alcançar (SIEDENBERG, 2003).

Os indicadores podem ser diferenciados de acordo com o tipo de informações que pretendem ser analisadas e o objetivo a ser atingido. Nesse sentido, vale a contribuição de Unrisd (1984 apud SIEDENBERG, 2003) que classifica os indicadores em três tipos, a saber:

- Indicadores *per capita*: são os indicadores que trazem como objetivo a apresentação de médias estatísticas. Estão diretamente ligados à economia, como por exemplo, a indicação de renda *per capita*.
- Indicadores percentuais: são indicadores que explicitam os percentuais que determinados grupos apresentam em relação a um aspecto específico. Estão relacionados aos indicadores de caráter social, que apontam a concentração/distribuição de renda ou ainda índices de alfabetização, por exemplo.
- Indicadores estruturais: são indicadores que também apresentam dados percentuais, porém não são retratadas as metas de desenvolvimento, demonstram apenas uma determinada estrutura. Indicadores desse tipo apresentam informações de estrutura etária, classificação por sexo etc.

Uma vez identificados os tipos de indicadores é importante tomar conhecimento de como os mesmos contribuem para o tratamento do desenvolvimento, uma vez que apontam se o nível da qualidade de vida sofreu alterações com o passar do tempo (SOUZA, 2011). Em relação aos indicadores, o Produto Nacional é utilizado mundialmente para mensurar a intensidade da dinâmica econômica, além do índice de Gini que é utilizado como medida de concentração de renda.

Em relação ao índice de Gini, é importante ressaltar que esta é uma medida utilizada para comparar a desigualdade (CÁRIO, 2011). Segundo Souza (2011), este índice é tradicionalmente utilizado para medir a distribuição de renda entre as classes sociais, sendo que essa informação é apresentada utilizando uma escala de 0 (zero) a 1 (um), onde 0 representa a completa igualdade de distribuição de variável e 1 representa a completa desigualdade (CÁRIO, 2011).

Para retratar informações econômicas de um país o indicador utilizado é o Produto Nacional. Este indicador mede a produção do país dentro de um determinado período de tempo e, geralmente é realizado

de forma anual (CÁRIO, 2011). Para que o Produto Nacional possa ser mensurado são utilizadas duas medidas, a saber: Produto Nacional Bruto (PNB) e o Produto Interno Bruto (PIB). O PNB representa toda a produção realizada internamente no país, ou por empresas multinacionais do país realizada em países estrangeiros. Já o PIB é a representação de tudo que foi produzido dentro do país, independentemente de serem empresas nacionais ou multinacionais (CÁRIO, 2011).

Ao apresentar a importância desses indicadores, Cário (2011) faz uma importante observação ao apontar que o PNB, atualmente não recebe destaque a partir do momento que houve o aumento de atividades de empresas multinacionais a nível global. Dessa forma, o PIB passou a ser utilizado como “a medida de maior relevância para medir a dinâmica econômica de uma nação, região, estado ou município” (CÁRIO, 2011, p. 170).

Além do PIB, outro indicador importante e com reconhecimento mundial é o PIB *per capita*. Segundo Cário (2011), o PIB *per capita* “é obtido através da divisão entre o PIB de um determinado período com a população medida neste mesmo período” (p. 171). Souza (2011) complementa ao afirmar que através do crescimento da renda *per capita* torna-se possível melhorar os indicadores sociais, visto que essa variável está correlacionada com níveis educacionais e liberdades políticas.

A partir das considerações referentes ao PIB *per capita*, é importante notar a afirmação de Souza (2011) ao apontar que a melhoria dos indicadores sociais está diretamente ligada ao crescimento da renda *per capita*, visto que essa variável está correlacionada aos níveis educacionais e liberdades políticas. Porém, a autora complementa que somente a renda *per capita* não é capaz de apresentar as informações suficientes relacionadas a melhorias sociais e econômicas e, para compor índices de desenvolvimento social é preciso que sejam considerados indicadores que objetivem apresentar dados sobre alimentação, atendimento médico e odontológico, educação, segurança e meio ambiente (SOUZA, 2011). Nesse sentido, a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apresenta seu papel na busca por melhorias sociais, ao apresentar dados e informações compostos por informações ligadas a longevidade, educação e renda.

A partir da explanação dos principais indicadores de desenvolvimento utilizados com mais frequência e com reconhecimento mundial, é fundamental que a escolha do indicador esteja de acordo com o objetivo a ser cumprido. Nesse sentido, a principal dificuldade na escolha do indicador está relacionada à definição de desenvolvimento,

conforme aponta Colman e Nixon (1981), uma vez que os critérios e objetivos a serem mensurados são de ordem qualitativa e não são passíveis de medição direta e, através dos indicadores torna-se possível a mensuração de forma indireta.

Após a apresentação dos principais indicadores, de suas características e a sua representatividade para o desenvolvimento econômico, a seguir será apresentado como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é elaborado e como o mesmo contribui para o desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade.

2.3.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano

Para a utilização do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), primeiramente é necessário compreender o que vem a ser o desenvolvimento humano. Segundo Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento (PNUD) o desenvolvimento humano apresenta uma perspectiva diferente daquela apresentada pelo crescimento econômico, que considera o bem-estar de uma sociedade como aquilo que foi adquirido através de renda e do que ela pode gerar (PNUD, 2013).

O desenvolvimento humano leva em consideração a renda apenas como um meio para o desenvolvimento, e não como seu fim. Dessa forma, tem-se que o conceito de desenvolvimento humano vai além do que é proposto pelo viés econômico, considerando assim outros fatores que interferem na qualidade de vida de uma sociedade, como as características sociais, culturais e políticas (PNUD, 2013). Souza (2011) complementa ao afirmar que a melhoria dos indicadores de desenvolvimento pode acontecer através da distribuição de renda em programas que envolvem a qualidade de vida da população, como saúde, educação e alimentação. Além disso, é importante ressaltar que o aumento da renda apresentado pelo PIB não atua mais como a única medida de avaliação do desenvolvimento (SOUZA, 2008).

Com base nessa percepção, o desenvolvimento humano tem como centro as pessoas e ampliação de seu bem-estar, no qual o aumento da renda e o acúmulo de riqueza contribuem com o aumento de suas escolhas, atuando então como meio para que as pessoas possam viver como desejam (PNUD, 2013).

O aumento da renda, representado pelo crescimento econômico, não representa necessariamente aumento da qualidade de vida e, em alguns casos pode resultar em aumento das desigualdades, conforme aponta o PNUD (2013). Para que isso aconteça, o PNUD afirma que é necessária a transformação do crescimento em ações que possam gerar

impacto na vida das pessoas, como por exemplo, no investimento em alimentação, em uma educação de qualidade, na preservação ambiental, no equilíbrio de renda e de oportunidades, na maior liberdade de expressão entre outros (PNUD, 2013). A partir dessas ações as pessoas tornam-se o centro da análise do bem-estar e, é nesse sentido que o Índice de Desenvolvimento Humano atua.

Através deste conceito que o Índice de Desenvolvimento Humano foi criado. Apresentado em 1990 no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH se tornou popular e passou a ser referência para indicar a medida do grau de desenvolvimento humano de um país (PNUD, 2013). Para Siedenberg (2003) esta foi uma ação ousada, uma vez que teve como objetivo “comparar o desenvolvimento global e a diferenciação regional de 130 países com mais de 1 milhão de habitantes” (p. 66). Além disso, é importante ressaltar que o IDH foi lançado como alternativa ao PIB, que na época era a principal medida de desenvolvimento (PNUD, 2013).

Para compor o IDH são levados em conta três requisitos, que segundo o PNUD contribuem para a expansão das liberdades das pessoas. São eles: longevidade, educação e renda. A partir desses requisitos, definiu-se como as dimensões do IDH: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno. Cada uma dessas dimensões são apresentadas a seguir, conforme definido pelo PNUD (2013).

- Vida longa e saudável (longevidade): ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e de garantir a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.
- Acesso ao conhecimento (educação): o acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade, e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.
- Padrão de vida (renda): a renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também

para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Para calcular o IDH é realizada uma média simples dos três requisitos, sendo que para a dimensão da educação a taxa de alfabetização recebe peso $2/3$ e a taxa de matrícula nos três níveis de ensino recebe peso $1/3$, além disso, a renda é medida através do PIB *per capita* em dólares (CÁRIO, 2011). A apresentação dos dados é realizadas através da variação entre 0 (zero) e 1 (um), sendo que quanto mais próximo de 1 maior o índice de desenvolvimento.

Com o propósito de apresentar as características da realidade brasileira, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. O IDHM tem como base o IDH, no qual são adotadas as mesmas dimensões de avaliação, porém traz adaptações para que assim possam ser retratadas as particularidades dos 5.565 municípios brasileiros. Em relação a dimensão “Vida longa e saudável”, esta é medida pela esperança de vida ao nascer. Para apresentar os dados sobre “Acesso a conhecimento” a mensuração é realizada através da escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem. E, para finalizar, “Padrão de vida digno” é medido pela renda média *per capita* (PNUD 2013).

Os dados que compõem as dimensões do IDHM são do Censo Demográfico Brasileiro, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os censos demográficos são realizados a cada dez anos e tem como objetivo reunir informações sobre a população brasileira, para que assim possam ser desenvolvidas políticas públicas e ações de forma adequada com a realidade do país (IBGE, 2014c).

Para a divulgação do IDHM foi criado o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que traz mais de 180 indicadores socioeconômicos que complementam as informações referentes ao desenvolvimento municipal. Além das informações do último IDHM foi elaborado, com base nos Censos Demográficos anteriores, um comparativo da evolução do desenvolvimento de cada município brasileiro em educação, saúde, renda, população, demografia, trabalho, habitação e vulnerabilidade social. Todas as informações do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil são de livre acesso à população através de uma plataforma online² (PNUD, 2013).

² <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>

Após a explanação do que vem a ser o IDHM e como este contribui para o acesso a informação do desenvolvimento de cada município considera-se a importância de que novas ações sejam realizadas em busca de melhorias. A fim de compreender as diferenças geográficas do país, foi criada uma divisão territorial de acordo com as características geográficas e econômicas. Dessa forma, na sequência é apresentada a divisão territorial do Brasil através de mesorregiões e microrregiões.

2.3.2 Divisão territorial: as mesorregiões e microrregiões

O Brasil apresenta uma ampla expansão territorial que traz como resultado diferentes características que envolvem aspectos de vegetação, de clima, de população, de expansão territorial, econômica, social dentre outras. Nesse sentido, é importante ressaltar como a divisão territorial que o país apresenta contribui para o desenvolvimento do país, com destaque para as mesorregiões e microrregiões.

Com o passar dos anos as fronteiras estaduais e municipais sofreram modificações e, segundo o IBGE (2014b) a divisão territorial do Brasil pode ser considerada como uma das mais dinâmicas dentre os países ocidentais, refletindo na subdivisão que o país apresenta. Segundo o IBGE (2014b) essa forma de divisão territorial contribui para a criação de um cenário complexo que se relaciona com os limites territoriais.

A atual divisão territorial que o Brasil é representada por cinco grandes regiões, a saber: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Dessa forma, são consideradas 27 Unidades Federativas que estão representadas por 26 Estados e o Distrito Federal. As mesorregiões e microrregiões compõem a divisão territorial estabelecida pelo IBGE de acordo com características próprias da região.

Com enfoque nas mesorregiões e microrregiões vale notar que estas foram definidas em 1987 através de um estudo realizado pelo IBGE, que resultou no documento “Divisão Regional em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas”, que trouxe como objetivo a sistematização das diversas divisões regionais propostas no Brasil. Esta divisão encontra-se em vigor e, foi a partir desse documento que foi adotada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das informações estatísticas do país (IBGE, 2014a).

A metodologia adotada para a definição da divisão regional do Brasil faz referência a um conjunto de especificações econômicas, sociais e políticas relacionadas à totalidade da organização do espaço

nacional, que “refere-se às diferentes estruturas espaciais resultantes da dinâmica da sociedade sobre um suporte territorial” (IBGE, 1990, p. 7). Dessa forma, através de um modelo atual teórico-conceitual baseado em análise das características das Unidades Federativas foram identificadas as mesorregiões e microrregiões do Brasil (IBGE, 1990).

Segundo definição do IBGE, mesorregião é “uma área individualizada em uma Unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico” (IBGE, 1990, p. 7). Para a identificação de cada mesorregião são adotados critérios e metodologias que objetivam criar uma identidade regional, que é construída ao longo do tempo pela sociedade formada neste local (IBGE, 1990). Dessa forma, foram definidas 137 mesorregiões que apresentam características próprias de acordo com a região e Unidade Federativa a que pertencem. Para a nomeação das mesorregiões são utilizados como critérios: denominação regional tradicional; denominação de centros urbanos de grande importância regional; denominação das tradicionais regiões metropolitanas e; a posição geográfica nos demais casos (IBGE, 1990).

Como forma de apresentar partes das especificidades das mesorregiões foram criadas as microrregiões e, segundo o IBGE (1990) a organização das microrregiões está relacionada com a “possibilidade de atender às populações, através do comércio de varejo ou atacado ou dos setores sociais básicos” (IBGE, 1990, p.8). Para a identificação das microrregiões foram utilizados como critérios a estrutura da produção e a interação espacial. A partir da conclusão dos critérios adotados definiu-se que o país possui 558 microrregiões distribuídas dentre as 137 mesorregiões do território nacional. A nomeação das microrregiões adotou os seguintes critérios: aporte tradicional (denominação do município mais tradicional ou antigo que tenha tido expressão na articulação do espaço); aporte de hierarquia urbana (denominação de um centro urbano conforme o estudo do IBGE) e; aporte de contingente populacional urbano nos demais casos (IBGE, 1990).

É importante ressaltar que o Distrito Federal é um território autônomo, não possui municípios e é dividido em regiões administrativas. Dessa forma, este não possui mesorregiões e microrregiões.

Com base no exposto é possível considerar o Brasil como um país com extensão territorial ampla que apresenta diferentes características e realidades na população que o compõe. Dessa forma, considera-se que o conhecimento adquirido e que está intrínseco na população é fundamental para que ocorra desenvolvimento socioeconômico. Na sequência é apresentada a importância do conhecimento para o

desenvolvimento e como este é construído e compartilhado, influenciando nas atividades sociais e econômicas do país.

2.3.3 Sociedade do conhecimento

As transformações ocorridas na sociedade ao longo do tempo, muitas vezes apoiada pelo avanço das TIC, contribui para novas ações e comportamentos das pessoas que compõem essa sociedade. Para Belloni (2009) essas mudanças trazem como resultado a criação de novos estilos de vida, de consumo e de visão de mundo.

Devido às transformações sociais, econômicas e tecnológicas o conhecimento passa a ser o principal fator de produção de uma sociedade em rede (RIBAS, 2013). Essa transformação vai ao encontro do que é apresentado por Nonaka e Takeuchi (1997) ao considerarem a substituição de bens tangíveis por bens intangíveis. Nota-se que os bens tangíveis são considerados os bens materiais e os bens intangíveis são representados pelo conhecimento que o indivíduo possui.

A partir dessas considerações, torna-se importante a definição de conhecimento. Para Nonaka e Takeuchi (1997, p. 24) o conhecimento parte do princípio proposto por Platão, no qual é tido como “crença verdadeira e justificada”. Davenport e Prusak (1998) complementam ao apontar o conhecimento como a informação que o indivíduo teve acesso e, a partir daí foi acrescentado um significado, um contexto, uma interpretação. Dessa forma, considera-se que o conhecimento é algo que faz parte do indivíduo, uma vez que foi construído a partir de uma crença particular (NONAKA; TAKEUCHI, 1997).

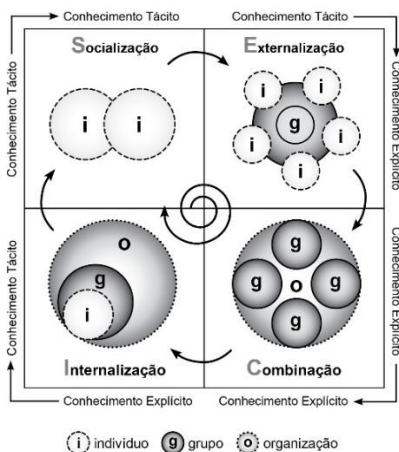
Para Davenport e Prusak (1998, p. 17) as principais características do conhecimento, como “velocidade, complexidade, senso histórico e de contexto, discernimento e flexibilidade” tornam-se fundamentais para a organização e para uma economia global competitiva e dinâmica.

Nessa perspectiva, Nonaka e Takeuchi (1997) classificam o conhecimento em dois tipos: tácito e explícito. O conhecimento explícito é aquele que pode ser expresso em palavras, em expressões matemáticas ou ainda em manuais. É considerado o tipo de conhecimento que pode ser transmitido formalmente e de maneira simples. Já o conhecimento tácito é difícil de ser expresso na linguagem formal, sendo assim considerado como o conhecimento pessoal que está incorporado ao indivíduo através das experiências adquiridas. Contudo, o conhecimento tácito e o conhecimento explícito devem estar sempre associados, uma vez que se complementam para a criação do

conhecimento (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Além disso, os autores consideram que esse processo ocorre em três níveis, a saber: do indivíduo, do grupo e da organização.

Ao referir sobre a criação do conhecimento considera-se que este acontece a partir da conversão do conhecimento tácito em conhecimento explícito e, essa conversão acontece através de quatro modos, sendo eles: socialização, externalização, combinação e internalização (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). A figura 4 ilustra os quatro modos de conversão do conhecimento.

Figura 4 – Quatro modos de conversão do conhecimento



Fonte: Adaptado de Nonaka e Takeuchi (1997).

A socialização é a primeira etapa do processo. É onde ocorre a troca de experiência entre os indivíduos, ou seja, do conhecimento tácito para conhecimento tácito. A externalização representa a transformação do conhecimento tácito para o explícito, no qual o indivíduo externaliza seu conhecimento para o grupo através da utilização de metáforas, analogias e modelos. A etapa da combinação é referente a transferência do conhecimento explícito que o grupo adquiriu através de conversas, reuniões, documentos, dentre outros e, a partir daí passa a contribuir com a organização. E, a internalização é a transformação do conhecimento explícito para o conhecimento tácito, no qual o conhecimento explicitado na organização transforma-se em conhecimento tácito novamente (NONAKA; TAKEUCHI, 1997; CHOO, 2003).

Dessa forma, é possível afirmar que a criação e a transformação do conhecimento acontecem de forma constante, em uma espiral contínua (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). A partir dessa perspectiva, tem-se que a sociedade está cada vez mais utilizando o conhecimento nas organizações, transformando-se assim em criadores de conhecimento e, nesse sentido esta passa a ser considerada a “Sociedade do Conhecimento” é aquela na qual o conhecimento passa a ser o principal fator de produção, onde os trabalhadores exercem o papel central (NONAKA; TAKEUCHI, 1997). Em um contexto histórico, Guevara e Dib (2007) consideram que o princípio de Sociedade do Conhecimento sempre esteve presente, porém de forma implícita.

Para Drucker (2002), na Sociedade do Conhecimento, a essência está em utilizar o conhecimento como principal fator de produção, criando assim “um ‘setor social’ novo e independente, cujas organizações atendem progressivamente a um segundo e igualmente objetivo, elas criam cidadania” (DRUCKER, 2002, p. 55). Essa afirmação vem ao encontro da definição de Guevara e Dib (2007), que destacam o conceito de Sociedade do Conhecimento como aquele que envolve uma dimensão social, cultural, econômica e política, no qual se faz presente a transformação.

Dessa forma, tem-se que a sociedade do conhecimento é promovida pelas mudanças ocorridas no meio em que o indivíduo vive, como as mudanças tecnológicas e aquelas relacionadas a questões econômicas-sociais, como a globalização (DÁVILLA CALE; SILVA, 2008). A partir do exposto, tem-se que essa nova sociedade, denominada Sociedade do Conhecimento, traz como seus principais elementos a valorização da imaterialidade, da criatividade e da inovação, reforçando assim a importância do conhecimento para os indivíduos (RIBAS, 2013). Nesse sentido, é possível considerar que os ativos intangíveis presentes na sociedade do conhecimento representam maior valor, onde o capital intelectual dos indivíduos tornam-se presentes nas organizações em que o conhecimento é o principal ativo.

Nesse contexto surge a necessidade de se definir o capital intelectual que para Bueno, Salmador e Merino (2008) tem seu conceito ligado a uma perspectiva estratégica dos ativos intangíveis da organização. Essa afirmação corrobora o proposto por Edvinsson e Malone (1998), que apontam o capital intelectual como o resultado dos ativos intangíveis criados na organização, dessa forma os autores definem como um capital intangível por sua natureza, tendo como base o conhecimento que foi desenvolvido na organização.

Nessa perspectiva, baseando-se na fundamentação teórica apresentada, considera-se o conhecimento como ativo fundamental no processo de desenvolvimento de uma sociedade, no qual a atuação do ser humano é essencial, uma vez que contribui para a criação do conhecimento. Sendo assim, é destaca-se a importância do conhecimento para a EaD, uma vez que esta rompe barreiras geográficas e promove a disseminação de saberes para a população, promovendo de forma direta indireta seu desenvolvimento.

2.3.4 Considerações do capítulo

Neste capítulo apresentou-se a fundamentação teórica dos temas considerados basilares para esta pesquisa, são eles: educação a distância, polo de apoio presencial e desenvolvimento socioeconômico. Ao abordar esses temas de forma conjunta percebeu-se como a EaD, através da implantação dos polos de apoio presencial, esta relacionada ao desenvolvimento socioeconômico de sua comunidade entorno.

A partir da definição e características que a EaD apresenta foi possível identificar esta modalidade educacional além de permitir acesso ao ensino, a autonomia do aluno durante o processo de ensino-aprendizagem sua prática associada ao uso das TICs possibilita a expansão de acesso a informação e ao conhecimento bem como de formação continuada dos indivíduos.

Para atender a essa demanda, em sua estrutura de gestão, infraestrutura e pedagógica, a criação dos polos de apoio presencial passou a ser essencial. Percebe-se que a implantação do polo contribui para o desenvolvimento, a ampliação e acesso ao ensino superior público no país. Neste sentido, percebe-se ainda a atuação da equipe multidisciplinar em atividades de apoio e suporte aos alunos que frequentam o polo tem influência neste processo de consolidação das práticas didáticos pedagógicas desta modalidade.

Ao relacionar o desenvolvimento socioeconômico ao tema da pesquisa, inicialmente foram apresentadas definições e características que envolvem o desenvolvimento, sendo assim, foi possível tomar conhecimento de suas características e como este apresenta ligação com as ações desenvolvidas em uma comunidade. Através da discussão sobre a mensuração do desenvolvimento foi possível identificar como os diferentes indicadores e as informações apresentadas contribuem com a busca de melhorias de uma sociedade. E, na perspectiva da sociedade do conhecimento, no qual o conhecimento é tido como principal ativo para

as ações das pessoas, este passa então a contribuir com o desenvolvimento de uma organização.

A partir da fundamentação teórica aqui apresentada, evidencia-se a relação entre a EaD e o desenvolvimento socioeconômico de uma determinada região, que através da implantação do polo de apoio presencial fortalece a reflexão quanto a disseminação do conhecimento e o desenvolvimento de seu entorno.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na realização desta pesquisa. Inicia-se com a apresentação da classificação da pesquisa e, na sequência, apresentam-se os procedimentos utilizados para elaboração dos fundamentos teóricos. Também se apresenta a delimitação da pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Segundo Gil (2010, p. 1) pesquisa é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. O autor complementa destacando que o objetivo da pesquisa é encontrar respostas aos problemas predefinidos através do uso de procedimentos científicos.

Cervo, Bervian e Da Silva (2007) corroboram que esta é uma atividade que visa a investigação de problemas teóricos ou práticos. Dessa forma, conforme Lakatos e Marconi (2010) a pesquisa é um procedimento formal que, através do uso de métodos de pensamento reflexivo constitui o caminho para responder a um problema específico.

Ao classificar a pesquisa de acordo com o objetivo, Gil (2010) apresenta três categorias, a saber: exploratória, descritiva e explicativa. A pesquisa exploratória é considerada aquela em que o pesquisador busca maior familiaridade com o problema a fim de torná-lo mais explícito. Almeida (2011) complementa apontando que este tipo de pesquisa é normalmente realizada quando o conhecimento acerca do tema apresentado é baixo ou nulo. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma determinada população (GIL, 2010). Já a pesquisa explicativa objetiva a identificação de fatores que contribuem para a ocorrência de determinados fenômenos, buscando justificativas para tal ocorrência (GIL, 2010; ALMEIDA, 2011). A partir dessas considerações classifica-se a presente pesquisa como descritiva e exploratória.

A abordagem utilizada para a análise dos dados, segundo Almeida (2011) podem ser qualitativa ou quantitativa. As pesquisas com abordagem qualitativa apresentam subjetividade em suas informações e não podem ser traduzidas a números estatísticos, no qual o ambiente natural é a fonte para coleta dos dados e tem o pesquisador como principal instrumento de coleta (SILVA; MENEZES, 2005). Almeida (2011, p. 32) complementa apontando que esse tipo de pesquisa é “eminente descritiva”. Já a pesquisa classificada com a abordagem

quantitativa tem como principal característica o uso de ferramentas estatísticas para o tratamento dos dados (ALMEIDA, 2011).

Mesmo apresentando características distintas as duas abordagens podem ser adotadas na mesma pesquisa, conforme aponta Almeida (2011). As pesquisas podem ser caracterizadas de acordo com a predominância de determinada abordagem para a análise dos dados. A partir dessas considerações, a presente pesquisa apresenta a convergência de dados quantitativos e qualitativos.

Em relação ao método de análise dos dados, pode ser adotado o método indutivo e dedutivo. O método indutivo é caracterizado como aquele em que infere-se uma verdade geral ou universal, fazendo com que as conclusões obtidas sejam mais amplas do que as premissas em que foram baseadas, levando a conclusões prováveis (LAKATOS; MARCONI, 2010). Já o método dedutivo tem como propósito explicar o conteúdo das premissas, no qual para chegar a uma conclusão utiliza-se uma análise do geral para o particular, no qual a partir de duas premissas tem-se uma terceira (SILVA; MENEZES, 2005; LAKATOS; MARCONI, 2010). A partir dessas considerações define-se como dedutivo o método de análise dos dados utilizado na presente pesquisa.

Por fim, quanto aos métodos de pesquisa para coleta de dados empregou-se o levantamento bibliográfico e documental como descrito na seção a seguir.

3.2 BUSCA SISTEMÁTICA

A fim de atingir os objetivos propostos, inicialmente foi realizado o levantamento bibliográfico, que segundo Gil (2002) é nessa etapa que o pesquisador tem a possibilidade de adquirir mais familiaridade com a área de estudo. Dessa forma, no mês de agosto de 2014 foi realizada uma busca sistemática em bases de dados *on-line* consideradas relevantes no meio acadêmico, sendo duas bases de dados internacionais, Scopus³ e Eric⁴, e duas nacionais, Portal de Periódicos e

³ Scopus é a maior base de dados interdisciplinar de literatura científica avaliada por pares, apresentando aproximadamente 53 milhões de registros, incluindo títulos de periódicos, publicações comerciais, revistas e títulos de livros.

⁴ Eric é a maior base de dados do mundo quando o tema está relacionado à educação, apresentando mais de 1,3 milhões de registros dentre artigos de revistas, livros, relatórios técnicos e anais de congresso.

o Banco de Teses, ambos vinculados a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

A definição dos termos utilizados foi realizada com base nas palavras-chave da pesquisa, definindo “*poles*”, “*distance education*” e “*socioeconomic development*” para as bases de dados internacionais e “polo de apoio presencial”, “educação a distância” e “desenvolvimento socioeconômico” nas bases de dados nacionais. As aspas foram utilizadas para buscar o termo exatamente como delimitado pelas aspas. Percebeu-se, a partir de buscas preliminares, que o termo “polo de apoio presencial” é de uso exclusivo no Brasil, uma vez que faz parte de sua estrutura organizacional e forma de atendimento aos alunos matriculados na modalidade a distância e que utilizam deste espaço para realização das atividades presenciais. Dessa forma, tem-se que o termo “polo de apoio presencial” não existe na literatura internacional, justificando-se assim o uso do termo em sua forma literal. Os resultados encontrados são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Resultado da busca nas bases de dados *on-line*.

Termo de busca	Scopus	Eric
<i>poles</i>	136.064	524
<i>“distance education”</i>	12.731	15.525
<i>“socioeconomic development”</i>	2.216	316
Termo de busca	Portal de periódicos CAPES	Banco de Teses CAPES
“Polo de apoio presencial”	6	9
“Educação a distância”	935	538
“Desenvolvimento socioeconômico”	228	148

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir do resultado obtido foi realizada uma nova pesquisa baseada na combinação dos termos a fim de selecionar as pesquisas que abordam dois termos concomitantemente, conforme objetivo da pesquisa. Foi utilizado o operador booleano “AND” em todas as pesquisas e para as bases de dados internacionais foi utilizado o símbolo “*” (asterisco) como recurso que permite recuperar variações de um

termo ou palavra, no início, meio ou fim dela. O quadro 2 apresenta os resultados obtidos na pesquisa.

Quadro 2 – Resultado da busca combinada nas bases de dados *on-line* internacionais.

Termo de busca (pole* AND)	Scopus	Eric
<i>“distance education”</i>	9	1
<i>“socioeconomic development”</i>	6	0
Termo de busca (polo de apoio presencial OR polos de apoio presencial AND)	Portal de periódicos CAPES	Banco de Teses CAPES
<i>“educação a distância”</i>	6	20
<i>“desenvolvimento socioeconômico”</i>	0	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Com base na leitura dos títulos e dos resumos dos artigos encontrados na busca identificou-se que as referidas pesquisas não são aderentes à pergunta da presente pesquisa. Os artigos encontrados, em sua maioria, fazem referência ao polo de apoio presencial como campo de estudo para temas específicos principalmente aquelas relacionadas à formação de professores, evasão discente, gestão, processo de ensino-aprendizagem e institucionalização.

A partir desses resultados, tornou-se necessária a inclusão de outras obras com o propósito de compor o referencial teórico para que o objetivo da pesquisa fosse atingido. Dessa forma, foram utilizadas obras de autores reconhecidos nos principais temas abordados nesta dissertação. Além das obras selecionadas, utilizou-se documentos da legislação brasileira relacionados à pesquisa, a fim de apresentar os princípios básicos de EaD no país.

Além das obras que contemplam a EaD e o desenvolvimento socioeconômico fez-se necessária a inclusão de autores que abordam a mídia e a gestão do conhecimento dado as características da interdisciplinaridade entre diferentes área do saber. Tem-se o conhecimento como principal ativo de mudanças e transformações e atualmente, as organizações vêm apresentando um ambiente cada vez mais dinâmico (PROBST; RAUB; ROMHARDT, 2002). Nesse sentido, ressalta-se a importância da Gestão do Conhecimento (GC), visto que seu objetivo está na gestão das atividades e dos processos que

contribuem para a promoção do conhecimento, bem como para o aumento da competitividade através do uso e da criação de fontes de conhecimento individuais e coletivas (CEN, 2004). Davenport e Prusak (1998) afirmam que o uso da gestão do conhecimento torna-se essencial, visto que contribui para o aumento da economia e melhorias relacionadas a produtividade.

Além da GC, ressalta-se o papel da Mídia do Conhecimento (MC) cujo foco é a inserção da tecnologia no meio social através da educação, comunicação e mídia (PPGEGC, 2014). Dessa forma, considera-se que a área de MC envolve o uso das tecnologias objetivando estimular melhorias e transformações no aprendizado, além de promover a inserção da tecnologia no meio social não apenas como meio de transmissão de informação, mas também como meio que colabora com a construção e disseminação do conhecimento.

Após a definição do aporte teórico, foram definidas as delimitações da pesquisa, conforme apresentado a seguir.

3.3 DELIMITAÇÕES DA PESQUISA

Esta pesquisa delimita-se aos dados relacionados ao desenvolvimento socioeconômico no entorno dos polos de apoio presencial após sua implantação, buscando compreender como se deu a evolução das organizações produtivas locais e das atividades do entorno do polo.

A partir das especificidades iniciais desta dissertação, delimita-se a pesquisa aos polos de apoio presencial que atendem a Universidade Aberta do Brasil (UAB) instalados no Estado de Santa Catarina e que oferecem cursos de graduação e/ou formação continuada na modalidade a distância. A realização da pesquisa delimita-se ao Estado de Santa Catarina pelas características econômicas e sociais apresentadas, bem como a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico que o Estado possui.

Os profissionais convidados para participar da pesquisa são coordenadores de polo de apoio presencial, uma vez que estes são os profissionais envolvidos nas ações administrativas e pedagógicas do polo. Segundo consta nos referenciais de qualidade para educação superior a distância o coordenador de polo compõe o corpo técnico-administrativo e é o responsável pelo funcionamento do polo como um todo, para que assim seu objetivo seja cumprido e que a garantia da boa prática do ensino seja presente (BRASIL, 2007; ANGULSKI, 2011). Dessa forma, considera-se este como o profissional que possui as

referências que podem contribuir com a busca das informações para atender ao objetivo central desta pesquisa.

Outro fator que delimita esta pesquisa está relacionado ao desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo e como o conhecimento implícito da comunidade atua para estas mudanças. Assim, não é objeto de estudo desta pesquisa questões relacionadas a oferta de ensino superior às atividades econômicas locais, ou ainda sobre a perspectiva de trabalho dos alunos de EaD da região em estudo.

O processo de desenvolvimento da localidade não será apresentado na presente pesquisa, uma vez que para isso torna-se necessário o acompanhamento do desenvolvimento ao longo de um determinado tempo de existência do polo de apoio presencial, o que não é objetivo deste estudo nesta pesquisa. Além disso, é importante ressaltar que os polos de apoio presencial foram regulamentados em 2005 a partir do Decreto nº 5.622 e os índices de desenvolvimento humano são realizados com base no Censo Demográfico realizados pelo IBGE em 1991, 2000 e 2010.

4 COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A identificação dos polos UAB implantados no Estado de Santa Catarina foi realizada através de consulta ao site da UAB/CAPES⁵, que disponibiliza acesso às informações de todos os polos implantados no Brasil pertencentes ao Sistema UAB. Foi realizada uma busca, no qual foram identificados 31 municípios. Após a identificação dos polos, foram coletadas as informações gerais de cada polo a fim de mapear as características de cada município com polo implantado, além de estabelecer contato com os coordenadores de polo para aplicação do questionário.

A partir da identificação dos municípios, os mesmos foram caracterizados de acordo com a mesorregião e microrregião a que pertencem. Dentre os 31 municípios, identificou-se que todas as mesorregiões são atendidas pelo polo de apoio presencial da UAB e, das 20 microrregiões do estado 18 possuem polos de apoio presencial que atendem a UAB. As microrregiões que não possuem polo de apoio presencial da UAB são Ituporanga e Tabuleiro. As mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina são apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 – Referência de indicação das mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina.

Indicação no mapa	Mesorregião	Indicação no mapa	Microrregião
A	Oeste Catarinense	01	São Miguel do Oeste
		02	Chapecó
		03	Xanxerê
		04	Joaçaba
		05	Concórdia
B	Norte Catarinense	06	Canoinhas
		07	São Bento do Sul
		08	Joinville
C	Serrana	09	Curitibanos

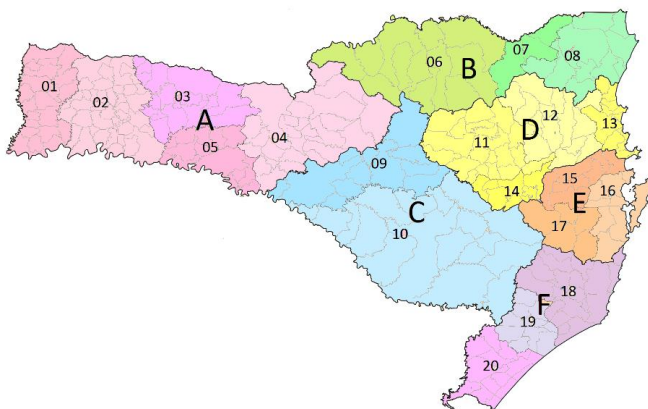
⁵ Disponível em <http://uab.capes.gov.br/>

		10	Campos de Lages
D	Vale do Itajaí	11	Rio do Sul
		12	Blumenau
		13	Itajaí
		14	Ituporanga
E	Grande Florianópolis	15	Tijucas
		16	Florianópolis
		17	Tabuleiro
F	Sul Catarinense	18	Tubarão
		19	Criciúma
		20	Araranguá

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a identificação das mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina é apresentada a figura 5, onde as mesorregiões são identificadas pelas letras de A a F e as microrregiões indicadas pelos números de 1 a 20, conforme indicação no quadro 3.

Figura 5 – Localização geográfica das mesorregiões e microrregiões do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para atender os objetivos da pesquisa, foi enviado aos participantes da pesquisa, coordenadores de polo, um questionário online, no qual tiveram acesso através da disponibilização de um link específico.

O questionário foi dividido em três blocos: informações sobre o entrevistado, informações sobre o polo e, informações relacionadas ao entorno do polo.

A identificação inicial, no questionário, teve o intuito de levantar informações a respeito do entrevistado, buscando caracterizar os coordenadores de polo através da identificação sobre o tempo de atuação na função de coordenador de polo e seu tempo de experiência em EaD. Além disso, nessa primeira etapa do questionário, buscou-se informações para um possível contato futuro.

A identificação do polo foi realizada através de questões que estavam relacionadas à cidade do polo, data da implantação do polo, quantidade e identificação das Instituições que o polo atende, além da quantidade de cursos ofertados. Essas informações se tornaram necessárias a fim de complementar os dados coletados inicialmente na página da UAB, principalmente àquelas relacionadas a data de implantação e cursos atendidos no polo. A partir dessas informações foi possível analisar se o tempo de existência do polo e os cursos ofertados apresentam relevância para o município e a comunidade no entorno do polo.

No que se refere às questões relacionadas ao entorno do polo considerou-se a necessidade de identificar as organizações que estão localizadas no entorno do polo a fim de caracterizar as principais ações que podem sofrer mudanças com a implantação do polo. Para complementar a informação, os participantes da pesquisa foram questionados sobre a existência dessas organizações antes do início das atividades do polo, podendo assim relacionar as possíveis mudanças com a implantação do polo.

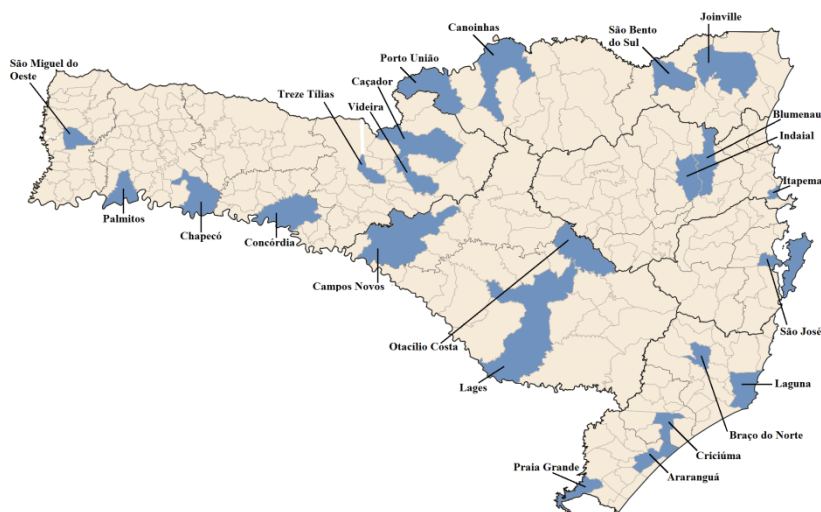
Além disso, foi questionada a distância média que o aluno percorre para frequentar o polo, considerando que o aluno que necessita se locomover determinadas distâncias contribui com o movimento econômico do comércio local, principalmente para permanecer durante um período de tempo pré-estipulado.

As questões relacionadas às ações desenvolvidas no polo tiveram como objetivo principal obter informações que pudesse oferecer subsídio necessário para análise dos possíveis resultados que o polo traz para seu entorno, quanto relacionado ao desenvolvimento socioeconômico da comunidade local.

A aplicação do questionário ocorreu no período de 11 de agosto a 15 de outubro de 2014. Nesse período, dos 31 polos UAB do Estado de Santa Catarina, um total de 24 coordenadores de polo respondeu ao questionário. Os polos dos municípios de Ponte Serrada, Itajaí, Pouso Redondo, Palhoça, Canelinha e Tubarão não responderam o questionário. A partir dessas informações foi possível coletar informações sobre os polos implantados em todas as mesorregiões do estado e, somente para as microrregiões de Xanxerê, Rio do Sul e Tijucas não foram obtidas respostas.

A figura 6 apresenta a localização geográfica dos municípios com polo de apoio presencial UAB que responderam ao questionário.

Figura 6 – Localização geográfica dos municípios participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Encerrada a etapa de coleta dos dados, foi realizada a caracterização dos municípios participantes da pesquisa através do levantamento dos dados sociais, no qual foi utilizado como referência o Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM), a faixa de IDHM e número de habitantes de cada município. Essas informações foram obtidas através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013, que é uma plataforma de consulta ao IDHM dos municípios brasileiros, que apresenta mais de 180 indicadores de população, educação, habitação, saúde, trabalho, renda e vulnerabilidade, através

dos dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 realizados pelo IBGE. O Atlas do Desenvolvimento Humano é elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

O IDHM é definido através do cálculo das três dimensões adotadas pelo PNUD para a realização do IDH global, sendo elas: saúde, educação e renda. Porém, para realização do IDHM é realizada adequação da metodologia diante do contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Segundo o PNUD, “o IDHM é acompanhado por mais de 200 indicadores socioeconômicos que dão suporte à sua análise e dinâmicas voltados ao desenvolvimento municipal” (PNUD, 2013, p. 27).

Para a leitura do IDHM é adotada a faixa do IDHM, que compreende um número entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1 (um) maior o desenvolvimento humano do município. O quadro 4 apresenta as faixas do Desenvolvimento Humano Municipal de acordo com os índices apontados no IDHM.

Quadro 4 – Faixa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Faixa do IDHM	Índice do IDHM
Muito baixo	Entre 0 e 0,499
Baixo	Entre 0,500 e 0,599
Médio	Entre 0,600 e 0,699
Alto	Entre 0,700 e 0,799
Muito alto	Entre 0,799 e 0,800

Fonte: Elaborado pela autora baseado em PNUD (2013).

Com o propósito de apresentar as principais características das mesorregiões dos municípios participantes, bem como os dados sociais, na sequência é apresentada uma síntese dessas informações e dos arranjos produtivos locais de cada mesorregião do Estado de Santa Catarina.

A mesorregião do Oeste Catarinense é formada pela união entre cinco microrregiões, sendo elas São Miguel do Oeste, Chapecó, Concórdia, Joaçaba e Xanxerê, que somam um total de 118 municípios, sendo que destes sete participaram da pesquisa. Conforme apresentado no quadro 5, dos municípios participantes da pesquisa que pertencem a

esta mesorregião, dois apresentam faixa do IDHM muito alto e cinco alto.

Quadro 5 – Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Oeste Catarinense.

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Oeste Catarinense	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	0,801	Muito Alto	36.306
	Chapecó	Palmitos	0,737	Alto	16.020
		Chapecó	0,790	Alto	183.530
	Concórdia	Concórdia	0,8	Muito alto	68.621
	Joaçaba	Treze Tílias	0,795	Alto	6.341
		Caçador	0,735	Alto	70.762
		Videira	0,764	Alto	47.188

Fonte: Elaborado pela autora.

Geograficamente esta mesorregião faz divisa com duas mesorregiões de Santa Catarina, a Norte Catarinense e a Serrana, além da fronteira com a Argentina e com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Como principal atividade industrial, a mesorregião do Oeste Catarinense apresenta o segmento produtivo industrial no setor de alimentos (CAMPOS et al, 2008). Campos et al (2008) aponta que as indústrias de produtos alimentares concentram-se nessa área devido sua área territorial ampla.

Outros setores representam importância socioeconômica para o Estado de Santa Catarina, como é o caso da mesorregião do Norte Catarinense, que traz como principais atividades industriais o setor de móveis e madeira para as microrregiões de Canoinhas e São Bento do Sul, celulose e papel para a microrregião de Canoinhas, além do setor de eletro metal-mecânica, borracha e plástico e informática para a microrregião de Joinville (CAMPOS et al, 2008; SANTAELLA, 2014).

O Norte Catarinense é formado por 26 municípios, incluindo a maior cidade do Estado, Joinville. Apresentando três microrregiões (Canoinhas, São Bento do Sul e Joinville), o Norte Catarinense faz divisa com o Estado do Paraná e com as mesorregiões Oeste Catarinense, Serrana e Vale do Itajaí. Os municípios desta mesorregião

que participaram da pesquisa somam quatro, no qual apenas Joinville apresenta faixa IDHM muito alta, as demais são consideradas como faixa de IDHM alta. O quadro 6 apresenta de forma detalhada os principais dados sociais dos municípios participantes da pesquisa que pertencem ao Norte Catarinense.

Quadro 6 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Norte Catarinense

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Norte Catarinense	Canoinhas	Porto União	0,786	Alto	33.493
		Canoinhas	0,757	Alto	52.765
	São Bento do Sul	São Bento do Sul	0,782	Alto	74.801
	Joinville	Joinville	0,809	Muito alto	515.288

Fonte: Elaborado pela autora.

A mesorregião Serrana é composta por duas microrregiões, sendo elas Curitibaanos e Campos de Lages, que somam 30 municípios, destes apenas três participaram da pesquisa. Geograficamente esta mesorregião faz divisa com todas as outras mesorregiões do Estado de Santa Catarina, além da divisa com o Estado do Rio Grande do Sul. Os municípios participantes, Campos Novos, Otacílio Costa e Lages apresentam, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, faixa de IDHM alto (PNUD, 2013). O quadro 7 apresenta os principais dados sociais dos municípios participantes.

Quadro 7 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Serrana.

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Serrana	Curitibaanos	Campos Novos	0,742	Alto	32.824
	Campos de Lages	Otacílio Costa	0,740	Alto	16.337
		Lages	0,770	Alto	156.727

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas na mesorregião Serrana destaca-se o setor de papel e celulose para ambas

as microrregiões e, para a microrregião de Curitibanos acrescenta-se o setor de móveis e madeira (CAMPOS et al, 2008). Também merece destaque as atividades relacionadas ao meio ambiente, principalmente das localidades próximas ao Sul do Estado, como Campos de Lages (SANTAELLA, 2014).

A mesorregião do Vale do Itajaí é formada pela soma de quatro microrregiões, a saber: Rio do Sul, Blumenau, Itajaí e Ituporanga, que juntas somam 54 municípios. Geograficamente o Vale do Itajaí faz divisa com o norte catarinense, com a mesorregião Serrana e a Grande Florianópolis. Para a presente pesquisa, três municípios dessa mesorregião responderam ao questionário, a saber: Indaial, Blumenau e Itapema, que juntas pertencem a duas microrregiões: Blumenau e Itajaí. Os principais dados sociais dos municípios participantes da pesquisa são apresentados no quadro 8, indicando o alto índice de desenvolvimento humano na região.

Quadro 8 – Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Vale do Itajaí.

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Vale do Itajaí	Blumenau	Indaial	0,777	Alto	54.854
		Blumenau	0,806	Muito alto	309.011
	Itajaí	Itapema	0,796	Alto	45.797

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme apresentado no quadro 10, o município de Blumenau apresenta faixa de IDHM considerado muito alto e, para os municípios de Indaial e Itapema considera-se faixa de IDHM alta. Ao caracterizar as atividades produtivas destaca-se o setor têxtil (vestuário), minerais não-metálicos e informática (CAMPOS et al, 2008).

A mesorregião da Grande Florianópolis é formada por três microrregiões (Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro) que somam 21 municípios. É nesta região que está localizada a capital do Estado, Florianópolis. Realizando divisa com as mesorregiões Serrana, Vale do Itajaí e Sul Catarinense, a Grande Florianópolis apresenta como principal atividade produtiva o setor de informática (CAMPOS et al, 2008).

Para a presente pesquisa apenas dois municípios da Grande Florianópolis responderam ao questionário e, dessa forma foi possível

identificar a faixa de IDHM como muito alta para ambos os municípios. O quadro 9 apresenta os principais dados sociais dos municípios participantes da pesquisa e que pertencem a esta mesorregião.

Quadro 9 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Grande Florianópolis.

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Grande Florianópolis	Florianópolis	São José	0,809	Muito alto	209.804
		Florianópolis	0,847	Muito alto	421.240

Fonte: Elaborado pela autora.

Para finalizar, a mesorregião Sul Catarinense é formada por 45 municípios agrupados em três microrregiões, sendo elas: Tubarão, Criciúma e Araranguá. Os participantes da pesquisa que pertencem a esta mesorregião somam-se em cinco municípios e estão distribuídos nas três microrregiões do estado e apresentam a faixa do IDHM alta, conforme apresentado no quadro 10.

Quadro 10 - Dados sociais dos municípios participantes da pesquisa pertencentes a mesorregião Sul Catarinense.

Mesorregião	Microrregião	Município	IDHM 2010	Faixa IDHM	População
Sul Catarinense	Tubarão	Braço do Norte	0,778	Alto	29.018
		Laguna	0,752	Alto	51.562
	Criciúma	Criciúma	0,788	Alto	192.308
	Araranguá	Araranguá	0,76	Alto	61.310
		Praia Grande	0,718	Alto	7.267

Fonte: Elaborado pela autora.

Geograficamente o Sul Catarinense faz divisa com as mesorregiões da Grande Florianópolis e Serrana, além de estar na divisa com o estado do Rio Grande do Sul. O principal setor de atividades produtivas estão relacionados a minerais não-metálico, presente nas três microrregiões. A microrregião de Araranguá também atua no setor de

couro/calçados e, as microrregiões de Tubarão e Criciúma soma-se o setor de borracha e plástico (CAMPOS et al, 2008).

Com base no levantamento das principais informações foi possível identificar as principais características das mesorregiões e microrregiões em que estão instalados os polos de apoio presencial que atendem ao Sistema UAB. A partir dessas informações, na sequência é apresentada a análise dos dados obtidos no questionário, bem como das perguntas relacionadas ao entorno do polo.

5 ANÁLISE E RESULTADOS

Para a análise dos resultados obtidos através da aplicação do questionário adotou-se a abordagem qualitativa e quantitativa.

A abordagem quantitativa foi utilizada para a apresentação do perfil dos entrevistados, das informações referentes ao polo e do tipo de atividades realizadas no entorno do polo. A partir dessas questões objetivou-se caracterizar os polos participantes e seu entorno.

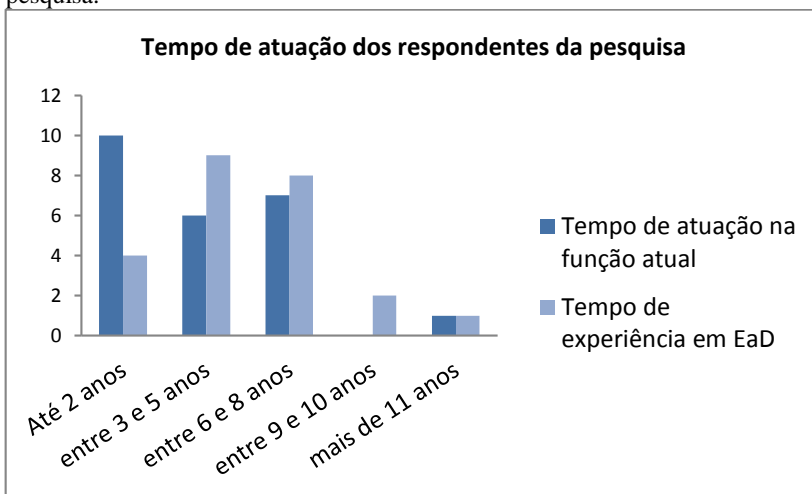
A abordagem qualitativa foi utilizada para a análise dos dados das respostas obtidas nas questões relacionadas às atividades do polo e do seu entorno, e tem como principal objetivo relacionar o funcionamento do polo ao desenvolvimento socioeconômico do entorno do polo. Como método para a análise dos dados qualitativos adotou-se o método dedutivo.

Assim, neste capítulo é apresentado, inicialmente o perfil dos participantes e a caracterização dos polos, na sequência são identificadas as atividades do entorno dos polos participantes. Para finalizar, é apresentada a análise dos impactos no desenvolvimento das organizações localizadas no entorno do polo após sua implantação.

5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES E CARACTERIZAÇÃO DOS POLOS

Para a caracterização do polo, inicialmente foi necessário identificar o perfil dos respondentes. Participaram da pesquisa 24 polos de apoio presencial do Estado de Santa Catarina, todos pertencentes ao Sistema UAB. A maioria dos respondentes, totalizando 21, exerce a função de coordenador de polo, os demais desempenham a função de secretário, assistente técnico-pedagógico e diretor de extensão. A participação dos respondentes que não desempenham a função de coordenador de polo pode ser justificada pela ausência do coordenador e, dessa forma estes profissionais foram considerados responsáveis pelo polo no momento. Em relação ao tempo de atuação na função informada foi possível identificar que dez respondentes desempenham a função há menos de dois anos e, em contrapartida o tempo de experiência em EaD é mais recorrente no período entre 3 e 5 anos, totalizando 9 respondentes. O gráfico 1 ilustra a comparação entre o tempo de atuação do respondente na função em que atua e o tempo de atuação em EaD.

Gráfico 1 – Comparação entre o tempo de atuação dos respondentes da pesquisa.

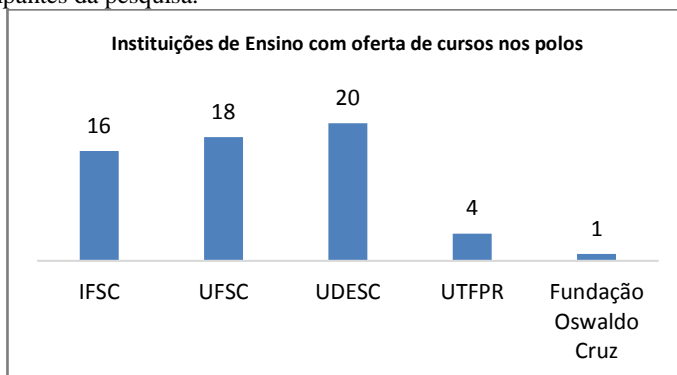


Fonte: Elaborado pela autora.

Para identificação dos polos, os participantes foram questionados sobre a data de implantação do polo, as Instituições atendidas e a quantidade de cursos ofertados. No que diz respeito ao tempo de existência do polo foi possível identificar que, dos 24 polos doze tem como data de implantação no município entre 6 a 8 anos, oito possuem entre 4 e 5 anos de implantação, três polos apresentam mais de 9 anos de implantação e apenas um polo possui entre 1 e 3 anos de implantação.

As Instituições que mais ofertam cursos nos polos de apoio presencial participantes da pesquisa são a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). O gráfico 2 ilustra as Instituições de Ensino Superior que mais ofertam cursos nos polos de apoio presencial participantes da pesquisa.

Gráfico 2 – Instituições de Ensino Superior que mais ofertam cursos nos polos participantes da pesquisa.



Fonte: Elaborado pela autora.

Para finalizar a etapa de identificação dos polos, verificou-se que são ofertados em média 5 cursos por polo, sendo que o polo que apresenta o maior número de cursos oferta 18 cursos e aqueles que menos ofertam curso possuem apenas um curso.

No item a seguir é apresentada a identificação das atividades realizadas no entorno do polo.

5.2 IDENTIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO ENTORNO DO POLO

Ao serem questionados sobre as organizações localizadas no entorno do polo, inicialmente foi esclarecido aos participantes que deveria ser compreendido como organizações as empresas, indústrias e prestadores de serviço. Para esta questão o respondente tinha a opção de indicar mais de uma resposta. Dessa forma, foi possível identificar que as organizações localizadas no entorno do polo variam de acordo com a mesorregião a que pertencem. Para os polos da mesorregião do Oeste Catarinense, as organizações relacionadas a educação são as mais frequentes, sendo citadas por cinco municípios participantes, seguida dos estabelecimentos relacionados a alimentação com 3 citações, hospedagem e transporte com duas citações cada. Além dessas organizações também foi citada a presença do comércio local no entorno do polo.

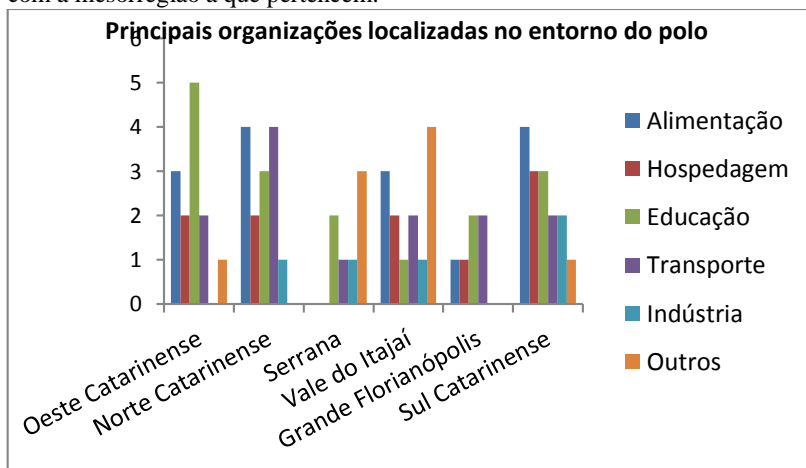
Para a mesorregião do Norte Catarinense as organizações mais frequentes são aquelas ligadas a alimentação e transporte, com quatro

citações cada, seguido das instituições de ensino com três citações, seguido de hospedagem e indústria. Os participantes da mesorregião Serrana apontam como principais organizações no entorno do polo instituições de ensino, com duas citações, além de transporte, indústria e comércio em geral com uma indicação cada.

Os polos participantes do Vale do Itajaí apontam como principais organizações de seu entorno aquelas relacionadas a alimentação com três citações, seguida das organizações relacionadas a hospedagem e transporte com duas citações cada. Educação, indústria, comércio em geral e hospitais também foram indicadas. Para a mesorregião da Grande Florianópolis foi apontado que as principais organizações são aquelas ligadas a educação e transporte, com duas citações cada, seguido das organizações relacionadas a alimentação e hospedagem com uma citação cada.

Para finalizar, a mesorregião Sul Catarinense traz as organizações relacionadas a alimentação como as organizações mais frequentes no seu entorno, sendo citadas por quatro respondentes, seguido de hospedagem e educação com três citações cada, além de transporte e indústria com duas citações cada e, comércio local com uma citação. O gráfico 2 ilustra a distribuição das principais organizações do entorno do polo.

Gráfico 3 – Principais organizações localizadas no entorno do polo de acordo com a mesorregião a que pertencem.



Fonte: Elaborado pela autora.

Com base nas respostas relacionadas às organizações localizadas no entorno do polo procurou-se saber a distância média percorrida pelo aluno para frequentar o polo. Dessa forma, constatou-se que os polos que apresentam atividades relacionadas a hotéis e alimentação são aqueles no qual o aluno viaja entre 25km e 50 km, totalizando 10 municípios, sendo eles: Palmitos, Treze Tílias, Canoinhas, Lages, Campos Novos, Blumenau, Indaial, Itapema, Araranguá e Laguna. Os polos de Concórdia, Videira, Porto União, São Bento do Sul, Joinville, Otacílio Costa, São José, Braço do Norte e Praia Grande recebem alunos oriundos de cidades distantes em média de 25km. Já os polos de Caçador, São Miguel do Oeste, Florianópolis, Criciúma e Chapecó recebem alunos que viajam entre 51km e 100km para frequentar as atividades presenciais no polo apontam as atividades da rede hoteleira e de alimentação como aquelas que mais apresentaram mudanças após a implantação do polo.

No tópico seguinte é apresentada a análise sobre o impacto do polo de apoio presencial no desenvolvimento socioeconômico do entorno.

5.3 POLO DE APOIO PRESENCIAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONOMICO DE SEU ENTORNO

Como o propósito de identificar o impacto da implantação do polo para a comunidade local, os participantes foram questionados sobre as principais ações que interferiram na comunidade.

Ao relacionar a implantação do polo com as atividades realizadas em seu entorno, os participantes da pesquisa apontaram as melhorias provocadas após a implantação do polo. Os municípios da mesorregião Oeste catarinense apontam principalmente a oportunidade de acesso ao ensino superior, como apresentado pelo polo dos municípios de São Miguel do Oeste e Treze Tílias ao afirmar que este é o único meio de acesso ao ensino superior oferecido no município. O polo de Chapecó, em contrapartida apontou que o município conta com diversas universidades privadas ofertando cursos em diversas áreas e modalidades, porém ressaltou que os cursos ofertados no polo são os únicos da modalidade a distância ofertados de forma gratuita no município. A oferta gratuita dos cursos também foi apontada pelos polos de Caçador, Concórdia, Palmitos, São Miguel do Oeste.

Como resultado do acesso ao ensino superior, considera-se o incentivo à formação e qualificação profissional. O polo de Palmitos afirma que a implantação do polo passou a atender a uma demanda da

população que busca qualificação. O polo de Concórdia afirma que após a oferta dos cursos no polo foi suprida a falta de profissionais habilitados em diversas áreas de atuação, como educação, meio ambiente e administração pública. Os polos de Videira e Treze Tílias ressaltam a contribuição para a formação de professores, em especial o polo de Treze Tílias ao apontar que, devido a implantação do polo no município houve aumento significativo na formação de professores e gestores educacionais, que atualmente possui todos os professores graduados e 90% destes possuem cursos de especialização. O polo de Caçador aponta que os cursos ofertados no polo contribuíram para a qualificação de profissionais da área da saúde.

A implantação do polo nos municípios da mesorregião Oeste ainda aponta o impacto que o polo traz para os municípios vizinhos, que passam a ser atendidos pelo polo, conforme apontado pelos polos de Palmitos e Treze Tílias. Como resultado do número de alunos advindo de outras cidades tem-se o aumento da economia local, que destaca principalmente o aumento nas atividades dos hotéis e restaurantes do município, como apontado pelo município de Treze Tílias, que apresenta o menor número de habitantes dentre os polos participantes e recebem alunos de outros municípios, resultando na procura por esses tipos de serviço.

Os municípios da mesorregião Norte catarinense apontam a expansão na oferta de trabalho como consequência da formação e qualificação profissional proporcionada com a implantação do polo, conforme aponta o polo do município de Canoinhas, que complementa afirmando a melhoria na formação acadêmica apresentada pelos profissionais que atuam na área de educação, visto a oferta de cursos de licenciatura. Nesse sentido, os polos de Joinville e São Bento do Sul ressaltam sobre a importância do acesso ao ensino superior gratuito e de qualidade para a formação e qualificação profissional.

As oportunidades de formação e qualificação profissional proporcionada através da implantação do polo são apontadas pelo polo de Canoinhas como um importante fator que contribui para a melhoria na qualidade de vida da comunidade e para a redução da desigualdade social e econômica, além de contribuir com a inclusão digital. Dessa forma, os polos de Canoinhas e Porto União apontam o movimento econômico nos estabelecimentos localizados no entorno do polo, principalmente para os restaurantes, hotéis e comércio local. O polo do município de Porto União ainda enfatiza o desenvolvimento da infraestrutura do bairro em que o polo foi implantado.

Os polos participantes da pesquisa que pertencem à mesorregião Serrana evidenciam o acesso ao ensino superior como uma das principais ações causadas pela implantação do polo, conforme apontado pelos municípios de Lages, Otacílio Costa e Campos Novos. Para o polo de Lages a oferta dos cursos gratuitos é vista como uma oportunidade de qualificação profissional e conseqüentemente para o aumento de renda. O município de Lages ainda evidencia ações que envolvem o mercado de trabalho, no qual através do polo foi proporcionada qualificação da mão de obra e maior visibilidade às empresas locais, considerando que através da melhoria das atividades realizadas as empresas passam então a apresentar um produto com mais qualidade, além do valor agregado através da aquisição de novos conhecimentos.

A implantação do polo em Otacílio Costa e Lages também contribuiu com melhorias relacionadas à infraestrutura local. O polo de Lages aponta que devido o polo estar localizado em bairro da periferia, diversos problemas sociais faziam parte da rotina da comunidade e, com a implantação do polo houve melhorias no transporte público, pavimentação e limpeza das ruas. Situação semelhante é apresentada pelo polo de Otacílio Costa, apontando o aumento da segurança no entorno da comunidade, bem como o fluxo de pessoas que contribui com o aumento das atividades dos estabelecimentos relacionados a alimentação. No caso do polo de Otacílio Costa considera-se também a contribuição do polo para o crescimento econômico local.

Os municípios do Vale do Itajaí que participaram da pesquisa destacaram o acesso gratuito ao ensino superior, contribuindo para a formação profissional, conforme apontado pelos polos de Blumenau e Itapema. O polo de Blumenau ainda ressalta que a formação de professores foi beneficiada com a implantação do polo. Além disso, o polo de Indaial complementa afirmando que através da implantação do polo houve significativa contribuição para a retomada dos estudos de profissionais de diversas áreas de atuação.

O crescimento econômico e o desenvolvimento social do município também foram apontados pelos polos de Blumenau e Itapema como um dos aspectos relevantes causados pela implantação do polo. O polo de Blumenau destacou o aumento no atendimento de hotéis, restaurantes e lanchonetes de seu entorno. Já o polo de Itapema apontou que através da implantação do polo houve mais desenvolvimento no bairro, contribuindo para maior procura do comércio local.

Para os polos de Florianópolis e São José, pertencentes à Grande Florianópolis foram destacadas as ações relacionadas ao acesso ao ensino superior público e de qualidade. O polo de Florianópolis aponta

que a implantação do polo na comunidade contribuiu também para o acesso a bibliotecas. Em relação ao crescimento econômico, para o município de São José foi apontado que devido a presença do polo houve aumento do fluxo de pessoas da região, interferindo no movimento dos estabelecimentos locais.

Os polos participantes da pesquisa que pertencem a mesorregião Sul Catarinense apontam a importância do polo para o crescimento econômico do seu entorno. O polo de Braço do Norte ressalta o crescimento e desenvolvimento econômico causado pela implantação do polo que, através da oferta de cursos de formação e qualificação profissional proporciona a busca por empregos mais bem remunerados. Além disso, o próprio polo passa a ofertar vagas de emprego, como apontado pelos polos de Braço do Norte e Laguna. O polo de Criciúma ainda aponta que a oferta dos cursos no polo vem suprimindo a carência de diversos profissionais na região.

A oferta de cursos superiores gratuitos e de qualidade também é citada pelos polos de Braço do Norte, Criciúma, Laguna e Praia Grande. Através da oferta desses cursos o polo de Criciúma complementa ao afirmar que vem sendo proporcionada ascensão social de diversas famílias. Além disso, o interesse pelos cursos ofertados no polo ainda contribuem para o aumento do movimento das redes hoteleiras e restaurantes localizados no entorno do polo, principalmente para os municípios de Braço do Norte, Laguna e Praia Grande. Para o município de Criciúma destaca-se o aumento da economia da cidade.

Com base na coleta e análise dos dados foi possível identificar como a implantação do polo causou impactos na comunidade. Nesse sentido, foi elaborado o quadro 11, que apresenta os fatores apontados como impactantes para a comunidade de cada município participante da pesquisa.

Quadro 11 – Fatores apontados como impactantes no entorno dos polos de apoio presencial.

Mesorregião	Microrregião	Município	Acesso ao ensino superior	Oportunidade de formação e qualificação profissional	Interiorização	Economia e Desenvolvimento socioeconômico	Qualidade de vida
Oeste Catarinense	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	x	x			
		Palmitos	x	x	x		
	Chapecó	Chapecó	x		x		
		Concórdia	x	x			
	Joaçaba	Treze Tílias	x	x			
		Caçador		x			
		Videira	x	x			
Norte Catarinense	Canoinhas	Porto União		x	x	x	
		Canoinhas	x	x		x	x
	São Bento do Sul	São Bento do Sul	x				
	Joinville	Joinville	x				
Serrana	Curitibanos	Campos Novos	x				
	Campos de Lages	Otacílio Costa	x			x	x
		Lages	x	x		x	
Vale do Itajaí	Blumenau	Indaial	x				
		Blumenau	x	x		x	
	Itajaí	Itapema	x	x		x	x

Grande Florianópolis	Florianópolis	São José	x			x	
		Florianópolis	x				
Sul Catarinense	Tubarão	Braço do Norte	x	x		x	x
		Laguna	x		x	x	
	Criciúma	Criciúma	x	x			x
	Araranguá	Araranguá	x				
		Praia Grande	x			x	

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, a partir da análise dos resultados identificou-se que os fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo estão relacionados ao acesso ao ensino superior, oportunidade de ensino público e de qualidade, possibilidade de formação e qualificação profissional, interiorização de IES e o crescimento econômico das organizações locais. A partir desses resultados elaborou-se a figura 7, que ilustra o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo e os principais fatores que contribuem para isso.

Figura 7 – Principais fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo de apoio presencial.



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse sentido, tem-se o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo como ponto central e os fatores ao redor representando um conjunto que contribui para a ideia central. Com base na análise dos dados coletados, no capítulo a seguir são apresentadas as considerações finais da pesquisa, incluindo suas conclusões e recomendação de pesquisas futuras.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação da fundamentação teórica, dos procedimentos metodológicos para realização da pesquisa, da organização dos dados obtidos, seguido de sua análise, apresenta-se neste capítulo as conclusões desta pesquisa de mestrado e as recomendações de pesquisas futuras.

6.1 CONCLUSÕES

O crescimento da EaD no Brasil acontece, nos últimos anos, de forma constante, onde a busca por conhecimento é cada vez mais frequente. Para consolidar a EaD no país, o Governo Federal em parceria com as IES vem apresentando ações que contribuem com o acesso ao ensino superior através da implantação dos polos de apoio presencial nos municípios distantes dos grandes centros, rompendo barreiras geográficas e promovendo a disseminação do conhecimento. Diante da importância que o polo apresenta para a formação e qualificação de uma comunidade, evidenciou-se a necessidade de identificar os principais fatores que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico que o polo apresenta para sua comunidade.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa foram definidos três objetivos específicos. O primeiro objetivo específico buscou identificar, através de consulta ao Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano de cada município participante da pesquisa, totalizando 24 municípios. Neste levantamento foram apontadas as informações geográficas relacionadas à mesorregião e microrregião a que o município pertence, o IDHM, a faixa de IDHM e o número de habitantes por município. A partir dessas informações identificaram-se as principais características da região dos municípios participantes.

Para mapear as organizações localizadas no entorno do polo, e atender ao segundo objetivo específico, os participantes da pesquisa apontaram as principais organizações localizadas no entorno do polo. A fim de complementar a informação, buscou-se reconhecer os principais arranjos produtivos locais de cada mesorregião e microrregião, no qual foram apontados os principais setores de atuação da localidade.

Após a caracterização do entorno dos polos, foram identificadas as principais ações presentes na comunidade após a implantação do polo a fim de relacionar com o desenvolvimento socioeconômico local. Dessa forma, foi possível atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa.

Baseado na coleta e análise dos dados, inicialmente foi possível notar que independente da mesorregião a que o município pertence o acesso ao ensino superior e as oportunidades de formação e qualificação profissional são consideradas as mais ações mais impactantes causadas pelo polo. Nesse sentido, ressaltou-se a importância do polo quanto à formação de professores, visto que diversos municípios não possuem professores graduados atuando na rede pública de ensino. Através da oferta dos cursos de formação docente, também foi constatado o reconhecimento do município como centro de formação pelos municípios vizinhos, contribuindo assim para o aumento do fluxo de pessoas no entorno do polo.

Como impacto no entorno do polo, identificou-se que as organizações mais afetadas são aquelas relacionadas a educação, alimentação e transporte. Foi possível notar que a localização do polo contribui para que os pequenos empresários e comerciantes mantenham seus estabelecimentos no entorno do polo, visto que a frequência dos estudantes é um dos fatores que contribui para o aumento de renda. Os polos localizados em regiões mais distantes, onde as opções de acesso ao ensino superior são baixas são as que mais apontam o polo como fator de transformação para a comunidade.

Ao retratar a economia e o desenvolvimento socioeconômico do município, foi possível identificar que os polos localizados em municípios com número de habitantes baixo, independente da mesorregião a que pertencem, são aqueles que ressaltam as mudanças econômicas e de desenvolvimento na comunidade. A partir da análise dos dados identificou-se que essas mudanças acontecem em dois momentos, sendo eles: o aumento de visitantes do município, os próprios alunos do polo; e expansão da formação e qualificação profissional. Considerando o aumento de pessoas frequentando o polo tem-se um maior movimento nos estabelecimentos de seu entorno, indicando a importância econômica do polo para a comunidade.

Ao relacionar a implantação do polo com o desenvolvimento socioeconômico do município relaciona-se este como resultado alcançado após a formação do aluno, considerando que com qualificação profissional as possibilidades de reconhecimento no mercado de trabalho aumentam. Além disso, percebe-se transformações no que se refere a urbanização do bairro em que o polo está implantado, uma vez que com a presença do polo, os governantes passam a olhar com mais atenção aos resultados proporcionados pela implantação do polo.

Através dos resultados alcançados, com a implantação do polo é possível perceber que para o estado de Santa Catarina, onde os

municípios dos polos participantes apresentam faixa de IDHM alto ou muito alto, os fatores que interferem no desenvolvimento socioeconômico de seu entorno são semelhantes. Dessa forma, considera-se que as ações realizadas no polo formam um ciclo, no qual contribuem com o desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo.

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que fatores como acesso ao ensino superior, oportunidade de formação e qualificação profissional através do ensino público e de qualidade, interiorização de IES através da implantação dos polos de apoio presencial, o crescimento econômico proporcionando pela presença dos alunos na comunidade geram uma cadeia de benefícios que resultam no desenvolvimento socioeconômico no entorno do polo.

Considera-se que a disseminação do conhecimento ocasionada pela EaD através da implantação do polo e do uso das TIC, proporciona à comunidade uma nova leitura da importância do polo de apoio presencial para o município, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico da comunidade.

6.2 RECOMENDAÇÕES DE PESQUISAS FUTURAS

A partir da realização da presente pesquisa foi possível identificar algumas lacunas existentes no que tange o estudo do entorno de polos de apoio presencial. Nesse sentido, na sequência sugere-se a realização de pesquisas futuras que tenham como objetivo:

- Identificar o impacto no entorno do polo de apoio presencial no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais nas diferentes realidades encontradas no Brasil.
- Mapear a oferta dos cursos no polo de apoio presencial de acordo com a força produtiva local.
- Identificar como os egressos do polo de apoio presencial são inseridos no mercado de trabalho da comunidade a que pertencem.

Considerando o polo de apoio presencial como um importante meio de acesso ao ensino superior e desenvolvimento socioeconômico, destaca-se a relevância de ampliar a pesquisa a respeito do estudo do entorno dos polos de apoio presencial.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.S. Elaboração de projeto, tcc, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

ANGULSKI, T.N. Coordenador de polo: uma discussão acerca dos conhecimentos necessários à uma boa gestão. In. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. II** Congresso Internacional IGLU. Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011.

AURÉLIO. **Dicionário Miniaurélio Eletrônico versão 5.12**. Editora positivo Ltda, 2004.

BASTOS, A.T. ; VIDAL, E.M.; FREITAS, A.A.F. ; NUNES, J.B.C. Polos de apoio presencial: requisitos e desafios da gestão. In. **ESUD 2013 - X Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância**. Belém, 11 a 13 de junho de 2013.

BEHAR, P.A.; RIBEIRO, A.C.R.; SCHNEIDER, D.; SIVA, K.E.A.; MACHADO, L.R.; LONGHI, M.T. Educação a distância e competências: uma articulação necessária In. BEHAR, A.P. (org.) **Competências em Educação a Distância**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BELLONI, M.L. **Educação a Distância**. 5.ed. 1ª reimpressão. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BERG, C.H. **Avaliação de Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem Acessíveis Através de Testes de Usabilidade com Emoções**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo da Educação Superior 2013**. 09 de setembro de 2014. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf >. Acesso 22.jan.2015.

BRASIL, Ministério da Educação - MEC. **Referenciais de qualidade para Educação superior a distância** – versão preliminar. Secretaria de Educação a Distância, Brasília: [s.n.]. 2007.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Documento de área e Comissão da Trienal 2013**. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Interdisciplinar_doc_area_e_comiss%C3%A3o_block.pdf>. Acesso em 18.jan.2015.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores**. Secretaria de Gestão, Brasília: [s.n.]. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Universidade Aberta do Brasil. **Portal Universidade Aberta do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://uab.capes.gov.br/>>. Acesso em 20.dez.2014.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Decreto nº 5.622**, de 19 de Dezembro de 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf> Acessado em 14.novembro.2014.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. **Decreto nº 5.088**, de 8 de junho de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm> Acessado em 19.dez.2014.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acessado em 14.novembro.2014.

BUENO, E.; SALMADOR, M.P.; MERINO, C. Génesis, concepto y desarrollo del capital intelectual en la economía del conocimiento: una reflexión sobre el modelo intellectus y sus aplicaciones. **Estudios de economía aplicada**. Vol. 26, n. 2. 2008.

CAMPOS, R.R.; SEABRA, F.; BITTENCOURT, P.F.; FORMAGGI, L. Padrão de especialização da indústria catarinense e localização das

atividades industriais para identificação de arranjos produtivos locais. In.: CARIO, S.A.F. et al (org) **Economia de Santa Catarina**: inserção industrial e dinâmica competitiva. Blumenau: Nova Letra, 2008

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações para mantenedores e gestores**. Brasília. 2010.

CARIO, S.A.F. **Desenvolvimento socioeconômico**. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas. UFSC, 2011.

CEN. **European Guide to good Practice in Knowledge Management** - Part 1 to 5, Brussels. Cummings, J.N. Work Groups, Structural Diversity, and Knowledge Sharing in a Global Organization, Management Science, Vol. 50, No. 3, pp 352-364. 2004.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Pearson Pratiche Hall, 2007.

CHOO, C.W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COLMAN, D.; NIXSON, F. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

COMARELLA, R.L. **Educação Superior a Distância**: evasão discente. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DÁVILLA CALLE, G.A.; SILVA, E.L. **Inovação no contexto da sociedade do conhecimento**. Revista Textos de la Cibersociedad (Espanña), n.8, 2008.

Disponível em:

<http://www.cibersociedad.net/textos/articulo.php?art=160> Acessado em 14 fev.2015

DIAS, M.M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa (AS-PTA). 2004. 199p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2004.

DRUCKER, P.F. **O melhor de Peter Drucker**: a sociedade. São Paulo: Nobel, 2002.

EDVISSON, L.; MALONE, M.S. **Capital intelectual**: descobrindo o valor real de sua empresa pela identificação de seus valores internos. São Paulo: Makron Books, 1998.

ENTORNO. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Porto editora: 2014.

FAZENDA, I. (Org.) **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FRAGA, B.D. ; DIANA, J.B. ; SPANHOL, F.J. ; SELIG, P.M. Capital Intelectual e polo de Educação a Distância: um estudo bibliométrico. In: **12º Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento - KM Brasil**, 2014, Florianópolis. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Gestão do Conhecimento - KM Brasil, 2014.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEVARA, A.J.H.; DIB, V.C. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência**: princípios, práticas e paradoxos. São Paulo: Saraiva, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Volume 1. Rio de Janeiro. 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional**. 2014c. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.sh>. Acessado em 15.dez.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão territorial brasileira**. 2014a. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_dtb_int.shtm>. Acessado em 15.dez.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é censo**. Brasília. 2014. Disponível em <<http://7a12.ibge.gov.br/sobre-o-ibge/o-que-e-censo>>. Acessado em 24.nov.2014.

KOTUJANSKY, S. **Um modelo para a elaboração colaborativa de conteúdos didáticos digitais que utilizem a metáfora de histórias em quadrinhos e recursos hipermídia**. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LENZI, G. K. S. **Diretrizes para a gestão de projetos de cursos de capacitação na modalidade de Educação a Distância**. 2010. 147 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LENZI, G.K.S. **Framework para o Compartilhamento do Conhecimento na Gestão de Tutoria de Cursos de Educação a Distância**. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

LITTO, F.M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD**: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Premice Hall, 2007.

MILL, D. Educação a Distância contemporânea: noções introdutória. In. OTSUKA, J.; OLIVEIRA, M.R.G.; LIMA, V.S.; MILL, D.; MAGRI, C. (org) **Educação a Distância**: formação do estudante virtual. São Carlos: EdUfscar: 2011.

MILL, D. A Universidade Aberta do Brasil. In. LITTO, F.; FORMIGA, M (org.). **Educação a Distância**: o estado da arte - volume 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

MOORE, M.G.; KEARSLEY, G. **Educação a distância**: sistemas de aprendizagem on-line. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação à Distância**: uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2007.

MORAN, J.M. **A educação que desejamos**: novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MOTA, R. A Universidade Aberta do Brasil. In.: LITTO, F.M.; FORMIGA, M. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2009.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

NUNES, C.S. **O Compartilhamento de Conhecimento entre os Agentes de um Curso na Modalidade EAD**: Um Estudo de Caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

PACHECO, A.S.V. **Evasão e permanência dos estudantes de um curso de administração do sistema Universidade Aberta do Brasil**: uma teoria fundamentada em fatos e na gestão do conhecimento. Tese

(Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

PIANESSER, R.; BRENNER, F.; MACHADO, K.S.; PINTO, I.; MUSA, M. GOUVÊA, A.; GALLON, R.; ESPÍNDOLA, D.B. Educação a Distância: um panorama baseado no modelo da Universidade Aberta do Brasil. In. **ESUD 2014** – XI Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância. Florianópolis, 05 a 08 de agosto de 2014. - p. 870 - 882.

PNUD Brasil. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em <www.pnud.org.br>. Acessado em 10.dezembro.2014.

POSSARI, L. H. V.; NEDER, M. L. C. **Material didático para a EaD**: processo de produção. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

PPGEGC. **Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento**. Disponível em: <<http://www.egc.ufsc.br/index.php/pt/egc/pos-graduacao/programa/areas-de-concentracao>>. Acessado em 16.jan.2015

PROBST, G.; RAUB, S.; ROMHARDT, K. **Gestão do conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookman, 2002.

RIBAS, J.C.C.; MOREIRA, B.C.M.; SILVA, E.R.G.; BATTISTI, P.; PEREIRA, A.T.C. Gestão de polo de apoio presencial: um desafio ao desenvolvimento da educação a distância no sistema Universidade Aberta do Brasil. In: **VII ESUD 2010** - Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2010, Cuiabá. A EaD e sua institucionalização: reflexões e processos, 2010.

RIBAS, J.C.C. **Planejamento Educacional Baseado em Cenários Prospectivos na Educação a Distância**. 2013. 343p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013.

RIBEIRO, M.G.S.; FERNANDEZ, B.P.M.; MARTINS, S.; CZIMIKOSKI, F. Indicadores econômicos: o PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico? In. **II Coninter**. Congresso

Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, 8 a 11 de outubro de 2013.

SANTAELLA, T. **Planejamento setorial valoriza setores da Indústria com alto potencial de crescimento em Santa Catarina.** Diário Catarinense, Florianópolis, 01.dezembro.2014. Disponível em: <<http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/economia/noticia/2014/12/planejamento-setorial-valoriza-setores-da-industria-com-alto-potencial-de-crescimento-em-santa-catarina-4654925.html>> Acessado em 16.jan.2015.

SARTORI, V. **Comunidade de Prática Virtual como Ferramenta de Compartilhamento de Conhecimento na Educação a Distância.** Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCHONS, C. **Validação de critérios para material didático assíncrono em Educação a Distância.** Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHNEIDER, E.I. **Uma Contribuição aos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) Suportados pela Teoria da Cognição Situada (TCS) para Pessoas com Deficiência Auditiva.** Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCHNEIDER, D.; SILVA, K.K.A.; BEHAR, P.A. Competências dos atores da educação a distância: professor, tutor e aluno. In. BEHAR, P.A. Competências em Educação a Distância. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCHUELTER, G. **Modelo de educação a distância empregando ferramentas e técnicas de gestão do conhecimento.** Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SCHUMPETER, J.A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural. 1997.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Desenvolvimento e território**. Brasília. [20--]a. Disponível em <http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/o-que-e/desenvolvimento-e-territorio-2/territorios/integria/ident_unico/12302>. Acesso em 16.nov.2014.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Indicadores de Desenvolvimento**. Brasília. [20--]b. Disponível em <<http://arquivopdf.sebrae.com.br/customizado/desenvolvimento-territorial/temas-relacionados/indicadores-de-desenvolvimento>>. Acesso em 16.nov.2014.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIEDENBERG, D.R. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n. 3, jan/jun, p. 9-26, 2004.

SIEDENBERG, D.R. Indicadores de desenvolvimento econômico: uma síntese. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, n.1, jan/jun, p.45-71, 2003.

SILVA, A.R.L. **Diretrizes de Design Instrucional para Elaboração de Material Didático em EaD**: Uma Abordagem Centrada na Construção do Conhecimento. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, A.R.L.; SPANHOL, F.J. **Design Instrucional e Construção do Conhecimento na EaD**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, D. **De onde vem as palavras**: origens e curiosidades da língua portuguesa. 16ª ed. rev. e ampl. Osasco, SP: Novo Século Editora, 2009.

SILVA, E.L.; MENEZES, E.M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertações**. 4ª ed. Ver. e atualizada. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, E.R.G; RIBAS, J.C.C.; MOREIRA, B.C.M.; BATTISTI, P.; PEREIRA, A.T.C. Gestão de polo de apoio presencia no sistema Universidade Aberta do Brasil: construindo referenciais de qualidade. **Renote**, v. 8, n. 3, 2010.

SOUZA, M.M.C. **Gestão cooperativa e desenvolvimento local**: um estudo de caso na cooperativa de crédito de São Roque de Minas / SICOOB-SAROMCREDI. 2008. 134p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2008.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. 5. reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

SPANHOL, F.J. **Critérios de avaliação institucional para polos de Educação a Distância**. 2007. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2007.

STIGLITZ, J. **Towards a new paradigm for development**: strategies, policies and process. Prebisch Lecture. October, 1998.

STREETEN, P. **The frontieires of development studies**. Macmillan, 1972 apud COLMAN, D.; NIXSON, F. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva moderna. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

TRINDADE, A.R. **The Salami Concept**: the proceedings of EADTU. Bourse Conference. Atenas: EADTU, 1991

VARGAS, J.E.N.; LIMA, R.S.; AZEVEDO, H.H.D. Função social do gestor de polo no Sistema Universidade Aberta do Brasil. In.: **5º CONAHPA**. Congresso Nacional de Ambientes Hipermídia para Aprendizagem. Pelotas, 5 e 6 de setembro de 2011.

VIANNEY, J.; TORRES, P.L.; SILVA, E.F. **A universidade virtual no Brasil**: o ensino superior a distância no país. Tubarão: Ed. Unisul, 2003.

VIEIRA, E.M.F. Fluxo informacional como processo à construção de modelo de avaliação para implantação de cursos em Educação a Distância. 2006. 184 p. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Programa de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.